



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO

KAMILA FERREIRA DOS SANTOS

**OS CUIDADORES DO COMUM: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO DE
GRIÔ NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA**

Araguaína-TO

2023

KAMILA FERREIRA DOS SANTOS

**OS CUIDADORES DO COMUM: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO DE
GRIÔ NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação de
Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins,
como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Demival Venâncio Ramos Júnior

Coorientador: Professor Mestre Manoel Filho Borges

Araguaína-TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383o Ferreira dos Santos, Kamila.
OS CUIDADORES DO COMUM: A
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO DE GRIÔ NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA / Kamila
Ferreira dos Santos. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO,
2023.
108 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Especialização -
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e
Território - PPGCult) -- Universidade Federal do Norte do
Tocantins, 2023.
Orientador: Dernival Venâncio Ramos Júnior.
Coorientador: Manoel Filho Borges.
CDD 980
1. Comunidade Dona Juscelina. 2. Conselho Griô. 3.

~~Instituições~~
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

KAMILA FERREIRA DOS SANTOS


**OS CUIDADORES DO COMUM: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO
DE GRIÔ NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito para obtenção do título de Mestre.


Orientador: Professor Doutor Demival Venâncio Ramos Júnior

Coorientador: Professor Mestre Manoel Filho Borges

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 DERNIVAL VENANCIO RAMOS JUNIOR
Data: 05/04/2024 19:53:39 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


PROF. DR. DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JÚNIOR - UFTNT
(Presidente da Banca)

Documento assinado digitalmente
 DERNIVAL VENANCIO RAMOS JUNIOR
Data: 05/04/2024 19:57:59 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


PROF. ME. MANOEL FILHO BORGES
(Coorientador)

Documento assinado digitalmente
 DERNIVAL VENANCIO RAMOS JUNIOR
Data: 05/04/2024 19:58:17 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

PROF.ª DR.ª SARIZA OLIVEIRA CAETANO VENÂNCIO - UFTNT
(Membro 1)

Documento assinado digitalmente
 DERNIVAL VENANCIO RAMOS JUNIOR
Data: 05/04/2024 19:55:25 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

PROF.ª DR.ª NAIANE VIEIRA DOS REIS SILVA

Documento assinado digitalmente
 KAMILA FERREIRA DOS SANTOS
Data: 02/04/2024 17:28:17 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

KAMILA FERREIRA DOS SANTOS
(Mestranda)

Araguaína

2023

DEDICATÓRIA

A meus pais José Maria e Maria Domingas e meus irmãos: Esdras, Joabe e Jeová. A minha comunidade quilombola e minha eterna matriarca Dona Juscelina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador e coorientador pelas sábias orientações e paciência em mim investidas.

Agradeço à minha comunidade quilombola pela parceria na pesquisa, aos Griôs detentores de saber essencial para produção desta dissertação.

Agradeço à minha família pelo apoio durante todo o processo de estudo e pesquisa durante esta pós-graduação.

Agradeço às minhas médicas Dra. Aline e Dra. Danila e Dra. Mara, que estiveram me acompanhando no momento mais difícil de todo o processo.

Agradeço aos colegas do curso de mestrado pelo compartilhamento de saberes.

E, claro, agradeço a Deus.

RESUMO

Neste trabalho, a partir do diálogo entre pensamento acadêmico e quilombola, procuramos entender como o Conselho Griô se constitui dentro da comunidade a partir da formalização, através do Conselho, da lógica cultural de respeito aos mais velhos, reconhecidos como os detentores da experiência e dos saberes e, assim, do poder. Essa instituição, organizada a partir do comum como princípio político, é formalizada no momento em que a comunidade busca reconhecimento por parte do Estado como comunidade quilombola e, para isso, cria a associação. A metodologia utilizada é o cruzamento de história oral e pesquisa documental. Usaremos as narrativas orais dos griôs bem como documentos escritos do Conselho e da Associação. A pesquisa mostrou que o Conselho funciona dentro da comunidade como cuidador do comum, sendo responsável pela mobilização constante da comunidade em torno da valorização de seu passado, de sua cultura e da formação das futuras gerações através dos jovens griôs. No centro desse processo está o comum como princípio político, mas que é nomeado através do pensamento quilombola como galho, um termo local para mobilização da ancestralidade enquanto conexão entre passado, presente e futuro.

Palavras-chave: Comunidade Dona Juscelina; Conselho Griô; Instituições

ABSTRACT

In this paper, based on the dialogue between academic and quilombola thought, we seek to understand how the Griô Council is constituted within the community from the formalization, through the Council, of the cultural logic of respect for the elders, recognized as the holders of experience and knowledge and, thus, of power. This institution, organized based on the common as a political principle, is formalized at the moment when the community seeks recognition by the State as a quilombola community and, for this, creates the association. The methodology used is the intersection of oral history and documentary research. We will use the oral narratives of the griôs as well as written documents of the Council and the Association. The research showed that the Council works within the community as caretakers of the common, being responsible for the constant mobilization of the community around the valorization of its past, its culture and the formation of future generations through the young griôs. At the heart of this process is the common as a political principle, but which is named through quilombola thinking as a branch, a local term for mobilizing ancestry as a connection between past, present and future.

Keywords: Dona Juscelina Community; Griô Council; Institutions

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Enterro de Dona Juscelina.

Figura 2: Mapas do Brasil, Tocantins e Muricilândia

Figura 3: Dona Cícera

Figura 4: Teatro da Abolição

Figura 5: Comunidade Quilombola Dona Juscelina no dia 13 de maio

Figura 6: Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola

Figura 7: Conselho de Griôs 2018

Figura 8: Produção de cartografia em pesquisa desenvolvida com a comunidade.

Figura 9: Lucelina Gomes dos Santos (dona Juscelina)

Figura 10: Altar de dona Juscelina

Figura 11: Memorial Lucelina Gomes dos Santos

Figura 12: Memorial Lucelina Gomes dos Santos

Figura 13: Memorial Lucelina Gomes dos Santos

Figura 14: Memorial Lucelina Gomes dos Santos

Figura 15: O presidente Manoel Filho recebendo convidados para um debate na Casa Quilombola "Memorial Lucelina Gomes dos Santos"

Figura 16: Multirão para limpeza da Casa Memorial Lucelina Gomes dos Santos

Figura 17: Conselho de griôs 2022

Figura 18: Colocação da "Mesa" do encontro

Figura 19: Encontro de Griôs

Figura 20: O Mugunzá

Figura 21: O quilombola Luiz Novais contando a história do Mugunzá

Figura 22: Preparação do Mugunzá: quilombolas Luiz e Francisca e Griola Eurânia

Figura 23: Momento de comer o Mugunzá

Figura 24: Maria Bartolomeu e os griôs.

Figura 25: Instrumentos simbólicos para o quilombo

Figura 26: Bandeira do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes

Figura 27: Momento de pisar o arroz

Figura 28: Soprando o arroz no quibano

Figura 29: Pisando o Milho

Figura 30: Soprando o milho

Figura 31: Roda de conversa

Figura 32: Momento de pisar o arroz para preparar o cuscuz

Figura 33: Peneirando o arroz

Figura 34: Dando o ponto na massa e colocando para cozinhar

Figura 35: Milho escorrendo

Figura 36: Peneirando a massa do milho

Figura 37: O pilão

Figura 38: Griô Manoel dos Santos tocando e cantando

Figura 39: Momento de pisar o arroz e o milho

Figura 40: Quilombola e presidente compartilhando da mesma experiência

Figura 41: IV Encontro de Griôs: Roda de Conversas

Figura 42: IV Encontro de Griôs: fala do quilombola Luiz Novais

Figura 43: Entrega da placa

Figura 44: Grupo de dança Negras Mariamas

Figura 45: Família Real

Figura 46: Momento após a assinatura da Lei Áurea

Figura 47: Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Griôs e griolas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACQDJ – Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco

CanJuGa – Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes

C.G. – Conselho de Griôs

CG – City General

COVID – Coronavírus Disease

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INGRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LGBTQUIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (transexuais e travestis), Queer, Intersexo, Assexuais e mais

NEAF – Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-brasileiros

OMS – Organização Mundial da Saúde

PPGCULT – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TO – Tocantins

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

EPÍGRAFE

“O Quilombo é um galho”

Dona Juscelina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: Uma descrição panorâmica	18
2.1 Os responsáveis pela memória na Comunidade Quilombola Dona Juscelina	24
2.2 A Festa da Abolição e a memória da libertação	31
3 CUIDADORES DO COMUM: institucionalização do Conselho de Griôs	38
3.1 O Comum como práxis instituinte ou da vida comunitária em termos acadêmicos ...	39
3.2 O Conselho de Griôs no Estatuto.....	46
4 QUILOMBO É UM GALHO: ensinamentos dos griôs	51
4.1 O galho e a ancestralidade: categorias do comum segundo dos Griôs	57
4.2 Encontro de vivências do Conselho de Griôs com a Juventude Quilombola Dona Juscelina: ancestralidade e futuro.....	59
4.3 O Pilão: ancestralidade e símbolo instituinte.....	74
4.4 49º Festejo da Abolição	80
4.5 Dona Juscelina: ancestralidade e retomada da luta por território em chave ancestral	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Como mulher quilombola, inicio por descrever o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017). Sou Kamila Ferreira dos Santos, com o começo do processo de escolarização na comunidade. Lembro-me de minha primeira professora e do meu primeiro dia de aula: levei meus materiais em uma sacola, que compreendiam um caderno, lápis e borracha, para aula com a professora Cleuda. Fiz o ensino fundamental I na Escola Municipal Nova Canaã, e o ensino fundamental II e ensino médio no Colégio Estadual Marechal Costa e Silva, todos em Muricilândia, cidade onde vivi toda minha vida. O período na escola foi cheio de lembranças de discriminação e preconceito, não sendo a melhor fase da minha vida.

Após o ensino médio, ingressei no ensino superior e fiz graduação por quatro anos na UFT, formando-me em Letras. No último ano de faculdade, estudei, trabalhei já na educação, enquanto escrevia meu TCC e participava de estágio. Foi uma ótima experiência, pois, na graduação, comecei a desenvolver minha identidade como mulher negra e quilombola. Nesse momento, fiz meu TCC sobre minha comunidade (Comunidade Quilombola Dona Juscelina), o que me abriu caminhos para afirmar minha identidade.

Meus pais não podiam pagar uma faculdade para mim, mas me incentivaram e me apoiaram ao máximo. Nenhum dos dois tinha ensino superior, então, foi de suma importância minha graduação. Colei grau em gabinete no final do ano de 2017, e em 2018 ingressei de vez na educação como professora na rede estadual de ensino do Tocantins.

Em 2020 decidi entrar para pós-graduação, e assim cheguei ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território. Estou no programa todos os dias afirmando e reafirmando minhas identidades como mulher negra e quilombola. Nesse programa, encontrei espaços de debates, de ensino e aprendizagem, de pesquisa e produção de conhecimento.

A pós-graduação vem contribuindo muito para meu processo formativo profissional e pessoal. Ao vislumbrá-la, o que me incentivou a ingressar no mestrado foi meu desejo de conhecer e aprender a me reconhecer enquanto sujeito/sujeita histórico, social e político e protagonista do meu processo formativo. Hoje, tenho 27 anos e continuo buscando construir minhas identidades e atuar em espaços sociais diversos, militando pelos direitos da minha comunidade e aprendendo com o PPGCULT a ser pesquisadora acadêmica.

Este trabalho tem como objetivo estudar o processo de institucionalização do Conselho de Griôs na Comunidade Dona Juscelina, e aponta como recorte inicial o ano de 2008. Esse conselho foi instituído a partir desse ano, porém, a constituição inicial foi de forma não oficial. Ele foi por outado, instituído em 2013, ano oficial de sua inserção no Regimento da Associação

da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. No entanto, desde 2008, o Conselho de Griô reunia-se e participava das articulações internas à comunidade, produzindo documentos sobre sua própria organização. De modo que conseguimos observar sua configuração antes da data oficial, o ano de 2013.

A metodologia utilizada nesta dissertação deriva do cruzamento de história oral e pesquisa documental. Usaremos as narrativas orais dos griôs, bem como documentos escritos do Conselho e da Associação, para compreensão de como se formaliza essa instituição. Nossa hipótese é que o Conselho Griôs se constituiu dentro da comunidade a partir da formalização, através do Conselho, da lógica cultural de respeito aos mais velhos, reconhecidos como os detentores da experiência e dos saberes e, assim, do poder. Articulado, portanto, a uma instituição (Dardot e Laval, 2017) fundamental na comunidade, a ancestralidade, manifesta-se no respeito pelos anciãos e anciãs da comunidade.

Essa instituição, organizada a partir do comum como princípio político (Dardot e Laval, 2017), é formalizada no momento em que a comunidade busca reconhecimento por parte do Estado como comunidade quilombola e, para isso, cria a Associação Quilombola Dona Juscelina. Dentro da associação, contudo, produz-se um arranjo institucional que associa a democracia vinda do Estado – com eleição de um presidente/a - com as lógicas comunitárias de respeito aos mais velhos – através da formalização do Conselho Griô.

Também defendemos que a reciprocidade é um exemplo de arranjos institucionais derivados do comum, na comunidade: o sistema de trabalho coletivo (mutirões para a realização das festas, cuidados com a Casa Memorial Dona Juscelina), os sistemas de reciprocidade (troca e circulação de favores e recursos diversos, como comidas, roupas, dinheiro emprestado, bazar, feira do quilombo, venda de produtos nos eventos).

Esta pesquisa conta com contribuições de autores que têm pesquisas voltadas para a metodologia da história oral e o estudo dos comuns, pois a investigação usa como documentos narrativas de histórias de vida produzidas em através da parceria entre pesquisadora e griôs e griolas. Além disso, caracteriza-se também como uma pesquisa documental.

2 COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: Uma descrição panorâmica

“Sou mãe das mães e vó das vós”
Dona Juscelina.

Dou início a este capítulo trazendo um texto produzido por Dernival Venâncio Ramos. Após uma conversa comigo, em um momento de orientação, ele falou desse texto e de como as mortes de pessoas de sua família e das comunidades haviam afetado a sua saúde mental durante a Pandemia. Havia, segundo ele, um sentido de orfandade e, quando li o texto publicado em suas redes sociais, nomeei com essas palavras o que eu mesmo sentia desde as mortes de Dona Cícera e Dona Juscelina, ambas griolas da Comunidade. A citação é longa, mas permitam que eu mantenha todo o texto:

Por volta de 2014, meus pés tocaram o “llano en llamas” do Tocantins e minha cabeça, aos poucos, conectou-se com ele e suas gentes, e meu e existir e sentipensar se fizeram práxis. Depois de 5 anos morando aqui, finalmente, eu chegara ao lugar em que podia me perceber vivo de mente e corpo, por pensamento e ação. Fui livrando-me do ego sum através do cogito, e sentia-me quase inteiro pela acolhida de diversos sujeitos e sujeitas, que ajudaram a livrar-me “de uma vida de dúvida” e seguir “sempre na boa vida.” Que acolheram e ensinaram, e não poucas vezes aceitaram – porque são cheios de generosidade – partilhar seus saberes e aceitaram a minha presença – ainda um tanto deslocada – nas comunidades de vida e r’existência.

Mas 2020 chegou e com ele a Covid-19, e outras enfermidades. A pandemia e a política de morte do Estado Brasileiro atingiu a todos. Seu Cirilo foi a primeira vítima, em seguida, mataram Fátima, Nazareno morreu de sequelas. Dona Cícera morreu porque não tinha UTI. Em seguida, partiram Dona França e Dona Juscelina.

Em dezembro do ano passado, já cercado de morte por todos os lados, reencontrei-me com meu tio João Nonato. Irmão mais velho de minha mãe, ele desenvolveu as energias criativas das tradições geraizeiras, de onde vem a parte da família, nas proximidades do Rio Araguaia, e ali produziu ao longo dos anos um pequeno paraíso de sentir pensar e r’existência. Depois de tantos anos sem vê-lo ou saber muito dele, fiquei em profundo encantamento pela obra de sua vida e pela generosidade com que recebeu as minhas visitas nos meses seguintes. Fugindo da Covid-19, meus pais viveram três meses ali enquanto construíram uma casa no pequeno lote que compraram em troca de quase todo o patrimônio familiar, um Astra 2009. Fizeram um empréstimo e venderam uma CG 150, e com ajuda dos filhos, terminaram a obra em maio. Fazia visitas a eles, e nesses momentos usava máscara e ficava longe. Havia muito medo, ao menos de minha parte. Por duas vezes, no entanto, meu tio João me

mostrou a agrofloresta que construíra e como funciona todo o sistema. Em uma tarde, eu perguntei porque ele foi para o Pará. Dentro da boa tradição camponesa, ao invés de responder, contou-me a sua vida desde o dia que conheceu a mulher mais linda do mundo, a minha tia Olíria, a sua esposa de vida toda, até aquela tarde. A narrativa terminou assim: “e aqui estamos!” A devoção que ele dedicava às plantas só tinha par pela que ela dedica aos animais, galinhas, porcos, peixes – ela cria peixes, sim –, e as vacas das quais ele tirava o leite as 4 da manhã e ela fazia queijo e requeijão. Também me reencontrei com primos e primas dos quais a vida havia apartado-me, Tom Tom, Welton, Cilene, Ceni e, depois, por meio deles, Marquinhos e Branca. Sentia-me, do ponto de vista familiar, muito feliz por estar próximo deles, e na medida do possível, sendo recebido por eles e recebendo a sua partilha de experiências, saberes e afetos. Mas a Covid-19 matou meu tio João há 10 dias. Ele ficou quarenta e tantos dias lutando na UTI, pedacinho por pedacinho de vida, mas não conseguiu. Morreu no último dia 17.

A morte silencia a gente. A morte é um processo natural, mas não há dúvidas que o Estado Brasileiro não cumpriu o seu papel. Dá uma raiva!

Ontem, porém, dialogando com Kamila, aluna sob minha orientação e jovem quilombola, entendi que o que sinto é orfandade. O mundo está mais pobre sem Seu Cirilo, Fátima, Dona Juscelina, Nazareno, Dona Cícera, Dona França, e meu tio João. Nem sei mais existir nem pensar sem memorá-los/as.

Eu me sinto só, e nem sei se quero continuar a sentir pensando esse mundo sobre fogo e ferro sem a voz responsiva deles e delas.

Dentro de mim tudo é tristeza e solidão.

É luto.

(RAMOS JR., 2021)

A partida de Dona Juscelina na comunidade deixou um sentimento de orfandade, sendo orfandade estado ou condição de quem é órfão e sendo órfão quem perdeu o pai e/ou a mãe. Dona Juscelina foi “mãe de pegação” parteira de mais de 500 crianças, além de ser matriarca de toda comunidade, matriarca é mulher que governa uma família, um clã, uma tribo. Dona Juscelina foi galho que virou árvore, floresceu, frutificou, enraizou, cumpriu seu ciclo e deixou sementes.

A figura a seguir é do enterro de Lucelina Gomes dos Santos, a Dona Juscelina, matriarca da comunidade quilombola. Trazemos esse momento, pois desde a sua chegada a essa comunidade, em 1962, Dona Juscelina foi muito significativa para a região. Os seus ensinamentos e saberes, a sua perspectiva de cultura e do território comunitário perpassaram sua vida e favorecem a continuidade da comunidade.

Figura 1: Enterro de Dona Juscelina

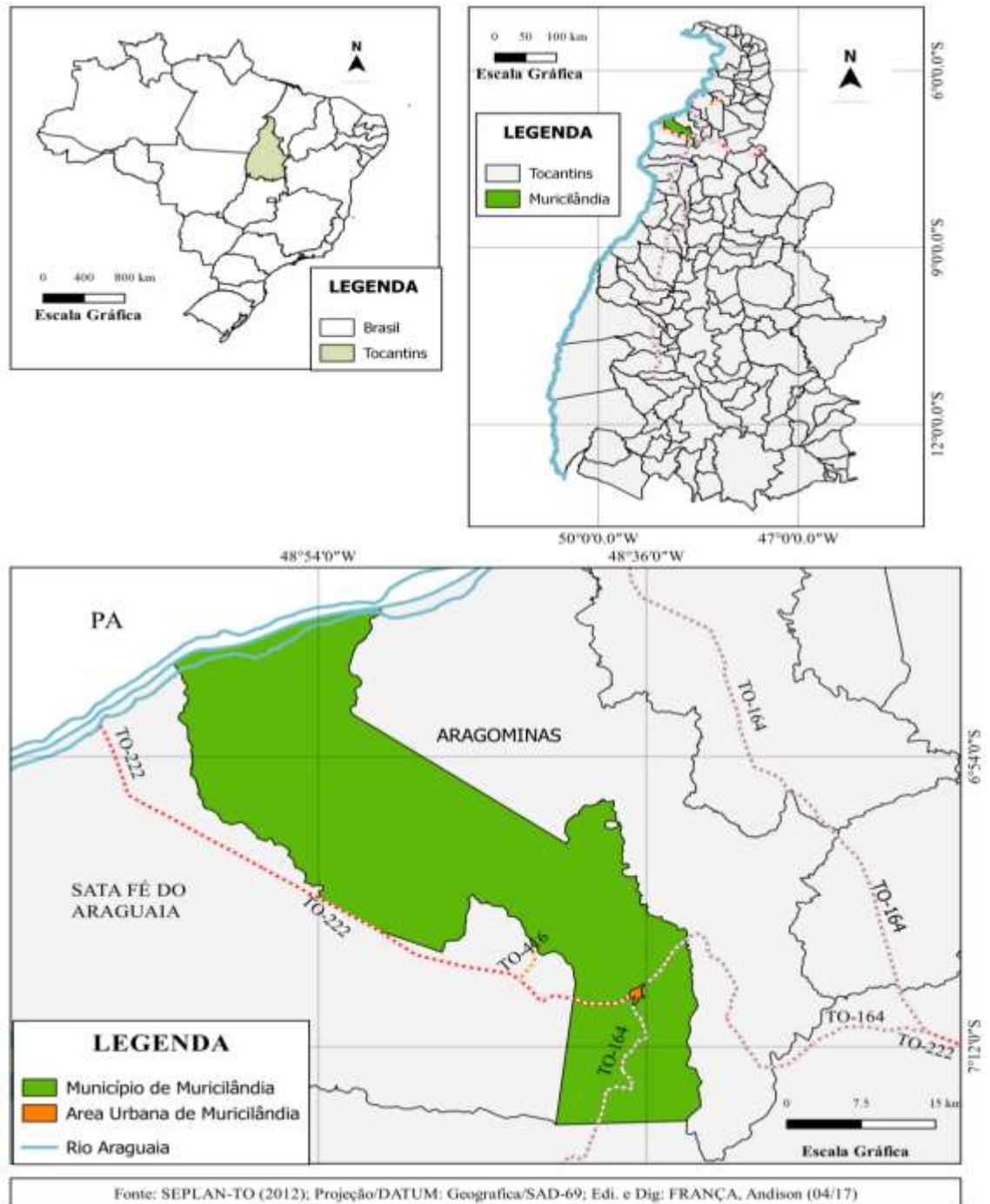


Fonte: Arquivo da autora (2021)

No momento que a pessoa quilombola da Comunidade Dona Juscelina passa a existir, de muitas maneiras, a partir desse momento, absorve os saberes e seus significados, nos cânticos, danças, festejo, histórias e memórias ancestrais articulados pelos griôs e griolas, sendo a referência para todos e todas a Dona Juscelina. Sua morte foi um momento de orfandade, de luto. A sua força política e exemplo humano, transformados em ancestralidade e memória, estão presentes e são sementes, como disse Dernival Venâncio Ramos Júnior a respeito de tantos griots e griolas que faleceram durante a pandemia do Novo Corona Vírus.

A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 14 de outubro de 2009, com a Certidão de Autodefinição como Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina. Em 23 de setembro de 2010 constituiu-se como entidade jurídica com o nome de Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Em 2010 solicitou ao INCRA abertura do processo de regularização fundiária do território da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, e possui atualmente 315 famílias. No mapa abaixo, vemos a localização geográfica dela em relação ao estado do Tocantins, e do município de Muricilândia.

Figura 2: Mapas do Brasil, Tocantins e Muricilândia



Fonte: Oliveira (2018)

A comunidade quilombola localiza-se em Muricilândia -TO, um município brasileiro do estado do Tocantins localizado a uma latitude 07°08'45" sul e a uma longitude 48°36'36" oeste, estando a uma altitude de 190 metros. Sua população estimada em 2013, segundo dados do IBGE, era de 3.357 habitantes em 2020. Sobre o município de Muricilândia – TO, cabe ressaltar que seus limites divisórios são com os municípios de Aragominas - TO, Carmolândia

-TO e Santa Fé do Araguaia –TO. Quanto a sua economia é possível afirmar que se sustenta no comércio, serviços, agricultura familiar e agropecuária. Parte significativa do território municipal coincide com a área do município, fundado em 1992.

Dos 3.357 habitantes do município, cerca de 900 são quilombolas. A Comunidade, portanto, está urbanizada desde a década de 1970, e a compreendemos como remanescente quilombola pela sua configuração histórica e social. Sendo remanescente o que sobra, remanescente quilombola é o que resta dos quilombolas do período escravocrata:

O termo “remanescente de quilombo”, instituído pela Constituição de 1988, que vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. [...] o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. (ALMEIDA, 2010, p. 42)

Sobre a assertiva de que a comunidade aqui investigada é remanescente quilombola, pois as suas raízes estão na resistência e na memória da resistência à escravidão. Ela sustenta-se, entre outras, na afirmação de Oliveira, uma das pesquisadoras nessa comunidade quilombola, que aponta que:

Segundo narradores quilombolas locais, a comunidade inicia-se no dia 20 de agosto de 1952, com a chegada dos primeiros migrantes, oriundos do Nordeste brasileiro, liderados pelo Sr. João Paulino, composto de oito homens e que vinha em busca de terras para constituir o seu novo lugar. (OLIVEIRA, 2018, pg. 62)

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina tem sua origem datada em 20 de agosto de 1952, com a chegada dos primeiros habitantes, um grupo de romeiros, liderados pelo senhor conhecido como João Paulino. Em seguida, foram chegando mais moradores também romeiros e devotos, seguindo as Bandeiras verdes. Esse grupo havia se originado a partir da divisão de grupo maior, liderado por Antonia Barros de Sousa, quem liderou o grupo de romeiros nas entradas nas matas do Lontra, como era chamado a região à época.

É importante dizer, também, que, até a atualidade, a comunidade recebeu muitos pesquisadores, que produziram dezenas de pesquisas (artigos, TCC, dissertação, tese), a exemplo a professora Izarete Oliveira, que citamos aqui. Contudo, até o início de nossa pesquisa não havia nenhuma dissertação produzida por quilombola. Nos últimos anos, porém, pelo menos 4 quilombolas, entre eles Manoel Filho Borges e Kamila Ferreira dos Santos, passaram a estudar no PPGCULT no intuito de reforçar a produção de conhecimento sobre a comunidade.

Manoel Filho Borges defendeu sua dissertação de mestrado sobre a comunidade em 2022, sendo este o segundo trabalho escrito por um quilombola sobre o quilombo em nível de mestrado. Esse conhecimento acadêmico produzido por sujeitos quilombolas, contudo, não se sobrepõe aos saberes ancestrais da comunidade. Ao contrário, saberes acadêmicos e tradicionais, em diálogo, potencializam a transformação social e o empoderamento dos sujeitos da comunidade. De modo especial, é o no diálogo com o saber griot que procuramos desenvolver nossas reflexões. Também trazemos para nossa pesquisa a perspectiva sobre encontros epistêmicos e epistemologias, propomos para entender as epistemologias, pensar a concepção de encontros epistêmicos, como mostra Ramos Jr.:

Para entender essas experiências de desafio epistêmico e deslocamento biogeográfico proponho a noção de encontros epistêmicos. Ela pretende chamar a atenção para o fato de que a produção de saber é uma relação entre dois ou mais sujeitos epistêmicos e não uma relação entre um sujeito que é considerado todo-saber, o acadêmico, e um sujeito objetificado, não acadêmico. Essa forma de entender essa relação tem impacto profundo nos modos como os historiadores orais têm trabalhado. (RAMOS JR., 2019, p. 363)

Sendo estudo da crença, verdade e justificativa na formação do conhecimento, assim, a epistemologia é o nome dado ao estudo do conhecimento e suas formas. Dessa forma, pensamos o encontro de sujeitos epistêmicos como uma relação na produção saber, sendo uma maneira de entender experiências de desafio epistêmico.

Meu encontro epistêmico se deu lá no ensino fundamental com a professora Cleuda que trouxe diversos conhecimentos e me colocou no extremo entre formal e informal com relação aos griôs, na escola uma professora com todo conhecimento formal que podemos chamar de griô, e os demais griôs com um conhecimento “informal”. Foi engrandecedor, riquíssimo, mesmo após muitos anos esses encontros fazerem parte do meu repertório acadêmico.

A comunidade muito aprendeu e continua buscando aprender com o intuito de “cuidar da comunidade quando os mais velhos partirem”, mas jamais esperando a partida de Dona Juscelina. A partida, porém, chegou. Na sua despedida foram praticados todos os ensinamentos aprendidos, as músicas foram cantadas, os ritos foram mantidos e assim a cultura valorizada.

No velório e enterro de Dona Juscelina, foram cantadas músicas que ela ensinou para comunidade. O senhor Manoel Vieira dos Reis, conhecido como “Manoel do Bruno”, padroeiro na Comunidade Quilombola Pé do Morro, em Aragominas, foi quem rezou no início do velório. Na chegada e na saída do corpo, foi feito um cortejo, composto tanto pela comunidade quanto por pessoas as mais diversas que respeitavam e queriam prestar essa última homenagem a essa

figura tão importante para nós, quilombolas de Muricilândia e do território nacional. Como Dona Juscelina pregava a união, tivemos a visita de pastores de outras denominações, assim como políticos, amigos, família, e sua querida comunidade. Para a manutenção das tradições, sua roupa do Conselho de Griô foi passada para sua neta como herança.

2.1 Os responsáveis pela memória na Comunidade Quilombola Dona Juscelina

Os griôs e griolas, anciãos e anciãs, são compreendidos como transmissores de saberes dentro da comunidade e para o povo quilombola, os quais atuam como guardiões e difusores das tradições. Nesse sentido, trazemos neste trabalho memórias de alguns deles, colhidas por meio de entrevistas, para dialogar sobre a cultura e o território da comunidade.

Os griôs e griolas da comunidade quilombola são Dona Juscelina (*in memoriam*), Dona Cícera (*in memoriam*), Seu Carlindo Pereira da Silva (*in memoriam*), Seu Dadá, Seu Geraldo, Dona Maria Vitória (*in memoriam*), Seu Manoel dos Santos, Rosa Mirtes Pereira de Sousa, Maria Eurânia Pereira de Sousa, Leonice da Silva Ferreira e Dona Socorro.

Quadro 1: Griôs e griolas da Comunidade de Dona Juscelina

Griô In memoriam	Griôs	Griolas In memoriam	Griolas
Carlindo Pereira da Silva, faleceu em maio de 2022	Manoel dos Santos, nasceu 14 de agosto de 1942. Loreto-MA.	Lucelina Gomes dos Santos, nasceu em 24 de dezembro de 1930, Faleceu em 3 de julho de 2021.	Leonice da Silva Ferreira, nasceu em 02 de agosto de 1962.
	Conceição Viana da Silva – Griô Dadá Nasceu em 20 de maio de 1947. Araguaína-TO.	Cícera Vieira Almeida, nasceu em 17 de janeiro de 1951, faleceu em 04 de março de 2021.	Maria Eurânia Pereira de Sousa, nasceu em 09 de maio de 1962.
	Geraldo Delmontes Nasceu em 1936.	Maria Vitória Silva, nasceu em 31 de janeiro em 1930, faleceu em 08 de abril de 2016	Rosa Mirtes Pereira de Sousa, nasceu em 25 de janeiro de 1947
			Dona Socorro

Eles e elas são referências naqueles saberes da vida, e que a comunidade considera importantes, como os referentes à memória e cultura quilombola. As suas narrativas têm, em suas histórias de vida, para a comunidade, representatividade e exemplaridade. Esse foi um dos motivos pelos quais escolhi dialogar com os griôs e as griolas sobre a história, cultura e o território da Comunidade. Pois importa, neste trabalho, falar sobre o quilombo a partir de dentro, traduzindo para o universo acadêmico os termos da linguagem da comunidade. Nesse sentido, Stuart Hall ajuda-nos a entender o processo:

Pertencer a uma cultura é pertencer, grosso modo, ao mesmo universo conceitual e linguístico, saber como ideias e conceitos se traduzem em diferentes linguagens e como a linguagem pode ser interpretada para se referir ao mundo ou para servir de referência a ele. (HALL, 2016, p. 43)

Para efetivar essas análises nos aproximamos das metodologias qualitativas, da História e da técnica histórias de vida, que consiste na escuta ativa, no diálogo, através da realização de entrevistas gravadas sobre a trajetória de vida dos sujeitos interlocutores/as.

Chizzotti (2013) afirma que, nesse tipo de pesquisa, o investigador reúne informações orais de uma ou mais pessoas sobre eventos, e seus contextos. Assim, através das entrevistas, é possível entender os acontecimentos do mundo que nos interessa, bem como as histórias em família e em comunidade que trazem um sentido social maior do que a vida do indivíduo.

Para entender os ambientes e os modos de vida das pessoas de determinados espaços, assim como uma forma de se conseguir algo mais penetrante acerca da história de uma pessoa, uma comunidade, uma sociedade, busca-se a evidência oral, porque esta modifica os objetos de estudo em sujeitos, deixando a história com uma riqueza maior (THOMPSON, 1935).

Fazer história oral é criar conhecimento de forma compartilhada, para além de apenas produzir um relato metódico da vida das pessoas. Amado e Ferreira (2006, p. 17) dizem que “Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”.

Por fim, como afirma Ramos (2019), a entrevista, também, é um encontro epistêmico, momento em que sujeitos em posições diferentes se encontram, dialogam e, juntos, produzem conhecimento sobre determinado tema. Esses temas, historicamente, eram propostos por membros da universidade, que possuíam cultura diferente dos espaços comunitários. Contudo, hoje não é mais assim, o que esse trabalho mostra.

Todos nós temos lembranças acerca de nossas vidas. Mesmo quando ainda não existíamos, ou quando se trata de algo que não é possível lembrarmos a partir de nossa memória,

adquirimos essas lembranças por meio de outras pessoas. Nossas lembranças são coletivas, porque por muitas vezes são lembradas por outros. Assim, mesmo em momentos em que só nós mesmos participamos e com algo que vimos de modo aparentemente solitário, isso pode ocorrer porque nunca estamos sós.

Diante disso, quando estamos com outras pessoas, é possível construir memória com muitos detalhes algo que ocorreu, mesmo que não nos lembremos em primeiro momento do que precisamente aconteceu. Uma pessoa pode detalhar muito bem um acontecimento, abordando o que fizemos ou dissemos, podendo ser reconstruído por outra pessoa sem a nossa ajuda (HALBWACHS, 2006). Porém, todos nós organizamos nossas memórias de uma maneira particular, a partir de memórias retiradas dos grupos sociais aos quais pertencemos, portanto, nenhuma memória pode ser totalmente coletiva.

A partir dessa ideia de um rememorar que não se encerra num único sujeito, destacamos que na comunidade quilombola encontramos diversas memórias individuais, mas podemos falar, também, de uma memória comunitária que, mesmo não sendo homogênea, dá conta do saber do passado que é conhecido e reconhecido no grupo.

O processo de diálogo sobre a memória de uma comunidade no âmbito da pesquisa ocorre por meio de entrevistas, um mecanismo importante para geração de narrativas sobre o passado. Como produção de fontes orais teremos a entrevista, mas realizá-la para determinada pesquisa não é o último passo para a história oral. Amado e Ferreira (2006, p. 269) afirmam que “[...] a realização de entrevistas é apenas o primeiro passo no processo da história oral, processá-las e tornar disponíveis nossos materiais são passos igualmente importantes”. Desse modo, é preciso analisar e organizar as entrevistas para torná-las acessíveis. Assim, realizar uma entrevista é o primeiro passo, e talvez o mais importante, para a análise de uma história.

Essa formalização do ato de diálogo através da entrevista envolve um processo de organização: transcrição, arquivamento e tratamento acadêmico. Antes se pensava que esses procedimentos deveriam estar de acordo com os objetivos da investigação, pois as entrevistas têm que ter sua coerência adequada ao objeto de estudo, contribuindo assim para produção do conhecimento. Contudo, atualmente, com a tomada de diversos espaços, como o acadêmico, por parte de pessoas das comunidades, essa organização não está apenas a serviço da universidade, mas também de interesses políticos e epistêmicos das comunidades. No caso de nossa pesquisa, interessa, além da produção da pesquisa e da defesa da dissertação, contribuir com o acervo do Memorial Dona Juscelina. Esse espaço está sendo construído na casa da matriarca por iniciativa da comunidade e pretende constituir acervo cultural e memorialístico da comunidade.

Para referenciar e fazer lembrar dos nossos mais velhos, é, também, que escrevemos este trabalho. Em geral, os idosos são considerados os responsáveis pela memória grupo, como afirma Eclea Bosi (1979), configurando-se, também, como sujeitos detentores de cultura acumulada durante a vida. No caso de comunidades de ancestralidade africana, com os quilombolas, tem sido usado o termo griô. No caso da Comunidade Dona Juscelina, contudo, também é feita a flexão de gênero, usando o termo griola. Os griôs e griolas são escolhidos como aqueles/as responsáveis por guardar e transmitir os saberes ancestrais do grupo. Entre eles, está também o saber sobre a trajetória histórica do próprio quilombo. Portanto, a pesquisa em desenvolvimento entrevista os griôs e griolas, também, por esse motivo.

Como interlocutores, os griôs e griolas nos ajudarão escriturar neste trabalho a memória coletiva do grupo e a história da comunidade. No dia a dia da comunidade, os saberes, enraizados na vida comunitária, são transmitidos através da tradição oral, a qual é registrada nesta pesquisa através da história oral:

Quando falamos de tradição em relação a história da África [e dos povos de ancestralidade africana], referimo-nos a história oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimento de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo ao longo do século. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167)

Nesse sentido, percebe-se, através Hampaté Bâ, que a herança da África é de matriz oral, e é ainda viva nas comunidades tradicionais.

Para a aprofundar na descrição da história da comunidade, iniciaremos trazendo parte das narrativas de Dona Cícera. Uma das primeiras habitantes de Muricilândia (TO), Dona Cícera¹, griola da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, falecida em março de 2020, era uma profunda conhecedora da história da comunidade. Era uma grande narradora, transmitindo saberes, com conhecimentos importantes para a reprodução da comunidade ao longo do tempo. Além de conhecer a história da comunidade, era considerada a griola das ervas medicinais, que conhecia e cultivava em seu imenso quintal. Belíssima contadora de história, estava sempre à disposição para contar muito bem e com grandes detalhes a história de sua vida e da comunidade.

¹ Cícera Vieira Almeida, in memória, Griô mestre das plantas medicinais, faleceu em março de 2021.

Figura 3: Dona Cícera

Fonte: Arquivo da autora (2018)

Ela nos contou como se deu a chegada dos primeiros habitantes nas margens do rio Murici:

Seu João Paulino veio, era as coisas colocadas em um jumentinho. Naquele tempo, botava até o chocalhinho no jumento. Aí, o pessoal vinha atrás, andando devagarinho. Quando cansavam de andar, aí, eles se sentavam debaixo de uma árvore, descansava, tirava as cangalhas dos jumentos para descansar. Aí, todo mundo nessa época chegou aqui através do jumentinho, mas só que o jumento carregava as roupas, coisa para comer, e a gente vinha andando. (CICERA VIEIRA ALMEIDA, entrevista oral, 21 de abril de 2017)

Seu João Paulino foi um dos primeiros habitantes do lugar onde se localizaria Muricilândia (TO). Veio com outros após avistar do alto do morro, localizado na cidade de Aragominas, onde foi encontrada a cruz, uma mata verde onde parecia ter um rio próximo. Assim como João Paulino, os primeiros habitantes chegaram em 1952, e eram romeiros de Padre Cícero guiados pela romeira Antônia Barros, que teve uma visão do Padre Cícero

mostrando-lhe um território de bandeira verde², um morro com uma cruz em cima, onde teria abundância de terra e água.

Além da família Paulino, chegavam mais 6 famílias, e os filhos que iam nascendo tinham os partos feitos por parteiras. As famílias iam se cruzando por apadrinhamento. Devido à parteira se tornar mãe de pegação das crianças, mãe de pegação é a parteira que faz o parto. Dona Juscelina se tornou comadre de 5 das famílias citadas através dos partos que ela realizava na comunidade a partir de 1962.

Seguindo a narrativa de Dona Cícera, trouxemos para nossa pesquisa 7 famílias, incluindo a de Dona Juscelina, parteira e matriarca da comunidade. A primeira delas é a de João Paulino, que chegou em 1952, tendo 8 filhos, a qual se cruza com a família de Dona Juscelina, através de apadrinhamento e também por trabalho comum nas terras. Encontramos também mais 5 famílias que foram chegando a partir de 1953, que foram se cruzando através do território e trabalho comum.

Em 1952, o griô Manoel Pereira Borges chegou ao território. Uma de suas filhas teve o parto realizado por Dona Juscelina, cruzando as famílias por apadrinhamento. Seu Manoel teve 9 filhos, cuja casa era localizada no mesmo lugar onde se encontra hoje, próxima à da família do senhor João Paulino.

Em 1958, o senhor Cícero Alves Batista, casado com dona Odete, chegou na comunidade. Eles tiveram 8 filhos, com partos feitos por Dona Juscelina, se cruzando com ela por apadrinhamento.

Em 1972, Antonia Conceição dos Santos chegou na comunidade, casada com Manoel Ferreira. Eles tiveram 6 filhos, morando no mesmo local que até hoje habitam, próximo ao senhor João Paulino.

Em 1974, o senhor Augusto Inácio chegou à comunidade, casado com Maria Alice. Eles tiveram filhos 13 filhos que nasceram através das mãos de Dona Juscelina. Sua família ficava localizada no ponto mais alto da cidade, onde tinha terras comuns com toda a família conhecida como cearense.

Em 1975, o griô Geraldo Delmontes chegou à comunidade. Ele teve 8 filhos com dona Ilda Ferreira Novais, sendo a filha mais nova filha de pegação de Dona Juscelina. Seu Geraldo

² Bandeiras verdes: uma profecia de padre Cicero Romão do Juazeiro que pregava a “volta do cativoiro” e muitas atribuições e que os “formigas” deveriam ir em busca “de terras além da caatinga”. Terras de abundância de água e florestas.

morava no outro lado da comunidade, dividindo terras comuns com outros moradores que chegaram na mesma época.

Em 1952, a história desse território começa a ser registrada nas memórias de quem estava ali, como era o caso de Dona Cícera. Nesse sentido, contam suas narrativas de vida como forma de transmissão de saber, o que nos faz viajar nessas lembranças e continuar reproduzindo:

As pessoas que estavam aqui eram o Seu João Paulino, era um tio meu Zacarias, Seu Barnabé, Seu Manoel Barracão, a dona Vitória, eu acho que o padrinho já estava com a Sila ali, esse povo mais velho, Seu Vicente Cajú, a irmã do Seu João Paulino [...]. As nossas casas tudo eram perto. (CICERA VIEIRA ALMEIDA, entrevista oral, 21 de abril de 2017)

Um dos motivos das referidas famílias terem se mudado para as margens do rio Murici e o fato de que a terra era fértil, mesmo tendo encontrado algumas dificuldades, logo chegaram. No plantio, eram cultivados arroz, abóbora, melancia, pepino, quiabo, maxixe, dentre outros gêneros alimentícios. Os rios tinham peixes, as matas tinham caças. Nas histórias contadas, temos essas memórias do que se comia e de como se vivia:

Teve uma época que não tinha arroz, só tinha arroz pra plantar, mas aí tinha muita caça, tinha muito peixe, e aí quando começava a chover plantava abóbora, melancia, quiabo, maxixe. Aí, o pessoal, aquelas mulheres, pegava os maxixes, abóbora, e até pepino. Teve gente de fazer caldo de pepino pra comer, porque às vezes não tinha outra coisa, ou então botava abóbora no fogo fazia o quinepe de abóbora com quiabo, maxixe e folha de taioba. (CICERA VIEIRA ALMEIDA, entrevista oral, 21 de abril de 2017)

A convivência próxima, a partilha no território, a plantação, os mutirões, a religiosidade, o compadrio, elementos que atravessavam a vida e todos naquele momento, são importantes atualmente para o conhecimento da vida na comunidade, que desde então cresceu em número, em descendentes, cresceu em histórias, em vidas. Na atualidade, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, que está urbanizado, tem cerca de 315 famílias.

Dona Cícera nos contou que as terras que foram ocupadas pelas 7 famílias que aqui chegaram, com a vinda de fazendeiros “do Sul”, esses espaços foram tomados de muitas das famílias quilombolas. Por isso, a comunidade hoje tenta recuperar sua terra, através da titularização do território ancestral pelo Instituto Nacional de Colorização e Reforma Agrária (INCRA), compreendendo o território quilombola.

2.2 A Festa da Abolição e a memória da libertação

Acerca de cultura, citamos a definição dada por Geertz (2008), que a define como sendo a própria condição de existência dos seres humanos, produto das ações por um processo contínuo, através do qual os indivíduos dão sentido às suas ações, à realidade e à memória. Assim, ocorre na mediação das relações dos indivíduos entre si, na produção de sentidos e significados.

Questionamos Dona Luiza Borges, casada com o Griô Manoel dos Santos, quilombola e moradora de Muricilândia, sobre a cultura e como os quilombolas do Quilombo Dona Juscelina veem o fator cultural. Dona Luiza responde:

Não, acho que num é uma comemoração assim muito na superfície não. Eu acho que é uma cultura da cidade, das raízes daqui, né? [...] É uma festa cultural mesmo, a cultura de um povo, sabe? Um povo que até hoje vai tentando levar em frente, né? Através da, da dança, através dos cânticos, através das poesias. (LUIZA BORGES DE OLIVEIRA, entrevista oral, 2017, pg. 09)

Percebe-se que o Festejo da Abolição é considerado uma comemoração cultural, uma festa relacionada às raízes da cidade e dos quilombolas desse lugar. Ao tratar de uma festa relatada, dona Luiza, casada com o Griô Manoel dos Santos, menciona o Festejo da Abolição, comemorado na comunidade desde 1962, quando Dona Juscelina chega trazendo essa festividade em comemoração à libertação dos escravos em 13 de maio de 1888.

A Festa hoje é um dos principais eventos da comunidade, o feriado no município de Muricilândia, onde a Comunidade Dona Juscelina se localiza. Com cerca de 900 quilombolas, com estatuto e diretoria atendendo aos preceitos legais, a comunidade bem conhecida na região centro norte do Tocantins por comemorar de forma única a Abolição dos Escravos, acompanhada do “Teatro da Abolição”, momento em que é representada a abolição dos escravos pela assinatura da Lei Áurea.

Em seguida, o ritual festivo, realiza-se um desfile pelas ruas da cidade, com os quilombolas caracterizados de rei, rainha, príncipe, princesa, baliza, baianas, negras mariamas, escravos, tudo muito organizado e devidamente ensaiado pela comunidade, com bateria do quilombo, que é tradicional.

Figura 4: Teatro da Abolição



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Na figura acima, podemos observar um momento do teatro, a preparação, em círculo do espaço que representa a senzala. Destaque para o tronco ao fundo de pau brasil ao lado coluna branca, e no centro o pilão. A ornamentação, também, traz elementos da realidade regional, como o cacho de coco babaçu.

Figura 5: Comunidade Quilombola Dona Juscelina no dia 13 de maio



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Na figura acima, é performada a vida na senzala. Destaque para elementos cotidianos da vida, como o pilar do alimento e a presença de crianças escravizadas. As crianças, também, significam os futuros libertos já que, em geral, nas representações artísticas, sempre estão associadas ao futuro. A mulher idosa pilando também significa o tempo que, em seguida, será superado, o da escravidão.

Diante dessa manifestação cultural, o Festejo da Abolição, muitas outras foram se desenvolvendo ao longo da existência desse quilombo. Nesse sentido, foram se espalhando e sendo conhecidas e reconhecidas como Cultura do Quilombo Dona Juscelina.

Figura 6: Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Parte importante da Festa, desde 2015, é o seminário acadêmico realizado nos dias antes da festa. Nesse seminário, pesquisadores da questão quilombola da região e do país apresentam as suas pesquisas para a comunidade. Em alguns momentos, como em 2019, o evento foi organizado em parceria com a Universidade Federal do Tocantis, atual UFNT, em Araguaína.

Figura 7: Conselho de Griôs 2018



Fonte: Arquivo da autora (2018).

Também durante a festa, ou nos dias que a antecedem, ocorrem reuniões do Conselho Griô. A reunião registrada na figura acima é de 2018.

Como afirma Roy (2017, p. 39), mas também Dona Luiza Borges, deixamos evidente que todas essas práticas são culturais, pois existem mesmo sendo incidental. Nesse sentido, são oriundas do fato de terem sido inventadas e em razão efetivamente dessa invenção.

Todas essas partes do ritual elencados e praticados pela comunidade a diferem e distinguem como grupo, comunidade e, principalmente, como quilombo. Esse quilombo vai se envolvendo em seu universo criado para valorizar suas culturas (reuniões, encontros, danças, comidas, festas e seminários), sendo que tudo que é representativo, pois representar é tonar significativo. Dessa forma, a comunidade busca diariamente meios e formas de tornar significativo aquilo que é a cultura do Quilombo Dona Juscelina.

Trazemos uma definição de cultura dada por Woortmann, que a considera como sendo um universo de representações de determinado grupo. Para a autora, cultura também é um agregado de discursos:

Considero a cultura como um universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade. Ao mesmo tempo considero a cultura como um conjunto de textos ou discursos [...] Percebo a cultura ainda como um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns dos outros, como que formando uma rede de significados. Essas categorias nucleantes agregam conjuntos de representações, se articulam e compõem uma totalidade. (WOORTMANN, 1990, p. 23)

Para Woortmaan, cultura também é um composto no qual diferentes centros de representações estão em conversação uns com os outros, formando uma trama de significados. Destacamos que o estudo ou representação de uma outra cultura não consiste numa mera “descrição” do objeto (ROY, 2017, p. 40). Assim sendo, é complexo definir uma comunidade, embora esta participe ativamente de estudos acerca de si própria, auxilia no processo de representá-la, questionando ao pesquisador sobre descrições sobre si e, a partir dos últimos anos, produzindo-a representações científicas sobre si.

Figura 8: Produção de cartografia em pesquisa desenvolvida com a comunidade



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Por fim, a relação entre pesquisadores externos à comunidade e griôs tem sido um momento comum, como na foto acima em que uma pesquisadora da UFNT dialoga com uma anciã da comunidade no momento de realização de uma dissertação de mestrado. Os griôs do quilombo são transmissores de saberes, que para comunidade são essenciais e significativos para representação da cultura. Nesse sentido, pesquisadores que acompanham a comunidade e pesquisadores quilombolas da comunidade se deparam com uma questão destacada por Manuela Cunha:

Há também um problema de saber-se a comparação entre saberes tradicionais e saber científico está tratando de unidades em si mesmas comparáveis, que tenham algum grau de semelhança. A isso, uma resposta genérica mas central é que sim, ambos são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambas são também obras abertas,

inacabadas, sempre se fazendo. É curioso que o senso comum não as veja assim. Para o senso comum, o conhecimento tradicional é um tesouro no sentido literal da palavra, um conjunto acabado que se deve preservar, um acervo fechado transmitido por antepassados e a que não vem ao caso acrescentar nada. Nada mais equivocado. Muito pelo contrário, o conhecimento tradicional reside tanto ou mais nos seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores. Processos. Modos de fazer. Outros protocolos. (CUNHA, 2010, p. 78)

Diante disso, percebemos que para comunidade o saber científico e o tradicional se encontram em uma única pessoa, ou em várias. Nesse sentido, para o quilombo, os griôs trazem as questões geradas na comunidade acerca de sua história, cultura, em um saber enraizado na vida e na reprodução da vida no território ancestral, muito valorizado em vida e em memória.

Os griôs e griolas, também, são cuidadores das memórias da vida no território ancestral usurpado. Através das narrativas de vida da matriarca e dos anciões, pode-se discorrer sobre suas linguagens, observando nas narrativas a forma como é representada, a cultura, as paisagens e o território quilombola dessa comunidade. O território é comumente definido como área de espaço delimitada por fronteiras a partir de uma relação de posse ou propriedade. O território para essa comunidade é seu espaço de plantar, de preservar de contar e recontar histórias, de viver perto e compartilhar um com o outro vivências e convivências e também espaço de cultura.

Claude Raffestin (1993) entende que território se forma a partir do espaço, que “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”. O território forma-se a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer camada.

Na memória dos griôs e griolas manifesta nas narrativas, nos rituais festejos e encontros de transmissão de saberes, estão um lastro simbólico, também, da luta pelo território. Essas memórias são a forma que muitos dos jovens podem viver o/no território. Esse processo é fundamental para a luta pela territorialização, a busca e a luta pelo território, pois o espaço foi, é e sempre será seu espaço de luta. No entanto, ainda há a necessidade de apropriar concretamente desse espaço, porque, como explica Raffestin (1993, p. 143), “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”.

Nesse sentido, é comum o desejo pela terra e pela partilha da mesma, cujo sonho comum é o de viver e reviver experiências passadas de geração em geração em um território do quilombo reconhecido e delimitado.

Como destaca Little (2004), outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Assim sendo, o território da Comunidade Quilombola Dona Juscelina tem expressões particulares, sendo um dos mais importantes, atualmente, o espaço da memória dos mais velhos.

3 CUIDADORES DO COMUM: institucionalização do Conselho de Griôs

“Eu sô a matriarca da comunidade”
Dona Juscelina

Na comunidade Quilombola Dona Juscelina, os griôs cuidam do comum. Neste capítulo dialogaremos com autores e saberes acadêmicos para nos aproximar de uma tradução possível, para o universo do leitor acadêmico, da realidade institucional formalizada no Conselho de Griôs.

O movimento de resistência e de defensiva do comum é um movimento positivo construtivo. Mundialmente, o chamado retorno dos comuns (Dardot e Laval, 2017) foi um movimento importante de denúncia do neoliberalismo e da lógica da propriedade privada. Os movimentos que o defenderam perceberam que não era apenas uma questão de defender os comuns, mas, também, de instituir novos comuns, ou, no caso das comunidades quilombolas e indígena, a ênfase se coloca na defesa do comum e dos princípios comunitários contra a mercantilização da vida.

O comum é um princípio político que se manifesta na realidade através da diversidade de instituições criadas pelos diversos grupos. Quando falamos de instituição não estamos nos referindo ao Estado, mas às diversas formas de organização da reprodução social da vida e da cultura através de conjunto de regras instituídas por um determinado grupo social; cada comunidade, cada lugar, cria um conjunto de regras, instituições, portanto, que ordenam a vida social. No caso que nos interessa, neste texto, o respeito aos mais velhos é uma instituição enraizada em diversas comunidades tanto camponesas, quanto quilombolas e indígenas. No caso da comunidade Quilombola Dona Juscelina, essa instituição foi formalizada em 2013, com a criação e formalização do Conselho de Griô. (Borges, 2023, no prelo).

A inserção do Conselho no Estatuto da Associação Quilombola formalizou o fato de que os homens e mulheres mais velhos da comunidade, responsáveis pela memória e pelos saberes comunitários, eram protagonistas da luta e defesa e pelo reconhecimento da comunidade.

A metodologia utilizada é o cruzamento da história oral com a pesquisa documental. Usaremos as narrativas orais dos griôs, bem como documentos escritos do Conselho e da Associação. Nossa hipótese é que o Conselho Griôs se constituiu dentro da comunidade a partir da sua formalização, da lógica cultural de respeito aos mais velhos, reconhecidos como os

detentores da experiência e dos saberes e, assim, do poder. Essa instituição, organizada a partir do comum como princípio político, é formalizada no momento em que a comunidade busca reconhecimento por parte do Estado como comunidade quilombola e, para isso, cria a Associação.

3.1 O Comum como práxis instituinte ou da vida comunitária em termos acadêmicos

Dos diversos autores que discutem o comum dialogaremos com Dardot e Laval (2017), Thompson (1998), Little, (2004) e Negri (2016), que o definem como “princípio político” e não como certas categorias de recursos como a água ou princípio metafísico. Dentro das lutas antissistêmicas, denuncia-se o estranho momento de incertezas, da “tragédia do não comum”, na qual o espírito capitalista vem sendo intolerável para a humanidade, no momento do cosmocapitalismo que submete a vida a uma lógica normativa geral ligada à mercantilização, levando-a a seguir o ritmo e os objetivos da acumulação capital.

Neste contexto, a questão do comum se torna significativa no sentido de anular crenças que são depositadas no Estado ou nos mercados buscando resgatar “responsabilidades coletivas” e submetê-las à participação política da maioria. Destaca-se que o capitalismo é um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e sua operação com fins lucrativos, enquanto o neoliberalismo defende políticas extensas de liberalização econômica, como é exemplo das privatizações. Dardot e Laval defendem a importância do comum, explicando que:

Na realidade se hoje a questão do comum é tão importante, isso se dá porque ele anula brutalmente as crenças e as esperanças progressistas depositadas no Estado. Está claro que se trata não de fazer eco à condenação neoliberal das intervenções sociais, culturais ou educacionais do Estado, mas de resgatá-las de seus limites burocráticos e submetê-las à atividade social e à participação política da maioria. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 15)

Entendendo que burocracia é uma organização caracterizada por regras e procedimentos explícitos e regularizados, divisão de responsabilidades e especialização do trabalho, hierarquia e relações impessoais, a teoria do comum abre um novo caminho, que não significa fazer uma repercussão de condenação neoliberal e suas intervenções. Uma questão importante abordada no livro *Comum*, que se faz necessária à reflexão, é sobre o papel da sociedade em relação ao seu desenvolvimento social coletivo, se tornando algo particular para alcançar “sucesso” educacional, financeiro, na qual a maioria é reduzida à impotência e incapacidade de “vencer”.

A emergência estratégica do comum torna-se útil no sentido de colocar à disposição da população a responsabilidade de resistência coletiva e participação nas lutas, práticas, nas pesquisas da população.

Os movimentos e a teoria do comum abrem caminho para um olhar político coletivo, fazendo-se necessária a participação política ativa não só do Estado para superar o capitalismo e o neocapitalismo difundidos fortemente na sociedade. Nesse sentido, debater temas sociais e ser ativamente participativo hoje trazem à tona questões climáticas, políticas, questões de enfrentamento à violência, pobreza, preconceito, racismo, visto que, como aponta Little, temos uma imensa diversidade sociocultural:

A imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro. Essa diversidade fundiária inclui também as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio” (LITTLE, 2004, p. 251)

Essa diversidade sociocultural é cercada de uma diversidade fundiária, formada por núcleos, um deles são as sociedades indígenas e outro as comunidades quilombolas. Dentro dessas diversidades temos os processos constantes de luta e resistência nesse quilombo a busca por permanência na sociedade nos aspectos políticos e econômicos, visto que constantemente as comunidades quilombolas são colocadas em situações de cercamentos.

Os cercamentos, como destaca Thompson (1998, p. 149) para o caso da Inglaterra no século XVIII, tornou os donos de terras comuns, os pobres, totalmente estranhos a essas terras, pois “O direito comum, que em termos vagos era vizinho da residência, era direito local. Por isso, era igualmente um poder para excluir estranhos. Ao tirar as terras comunais dos pobres, os cercamentos os transformaram em estranhos em sua própria terra”. Essa reflexão é pertinente no caso da Comunidade Quilombola Dona Juscelina que teve seu território cercado e expropriado por fazendeiros mineiros e goianos na década de 1960. O território comunitário foi expropriado, mas o comum com princípio político manteve-se como um dos elementos fundamentais da reprodução da comunidade.

Outra discussão importante é a realizada por Thompson (1998) sobre a Economia Moral das multidões, um conceito que explica o comportamento das multidões nos motins de subsistência, na Inglaterra do século XVIII. Thompson, em *Costumes em Comum*, explica que:

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. Embora essa economia moral não possa ser descrita como “política” em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum — noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. (THOMPSON, 1998, p. 152)

Economia Moral não pode ser descrita como política, mas surgiu como manifestação ao poder instaurado, nas tentativas de retirada de direitos comunitários dentro do processo histórico chamado cercamentos dos comuns. Nesse sentido, trata-se de uma forma de retirar direitos, a partir da tática do cercamento, que é o ato ou efeito de cercar, de construir cerca ou muro em torno de um terreno, destituindo as comunidades rurais de direitos coletivos de uso, guardados pela tradição.

Temos vários fatores econômicos, dentre os quais se destaca a Economia de Mercado, que é entendida como sistema econômico fundamentado na propriedade privada, ou seja, com a menor participação possível das entidades governamentais. Em outras palavras, é o padrão no qual as trocas, os negócios e os comércios são realizados com a mínima interferência do Estado. Essa economia tem como base os princípios do liberalismo econômico, que defende a liberdade de produção e do comércio, a propriedade privada, o Estado mínimo e a livre concorrência. Mas, como mostra Polanyi (2012), economia não é igual à economia de mercado. O autor defende uma economia substantiva, baseada na reciprocidade, domesticidade e redistribuição. Nesse caso, interessa-nos sobretudo a discussão sobre reciprocidade, e destacamos a sua relação com os comuns como princípio político.

Destacamos que o mercado, entendido como instituição econômica, está baseado na transferência de propriedade da mercadoria através de operações de compra e venda. É o ambiente social ou virtual propício às condições para a troca de bens e serviços, o qual aparece a partir do momento em que se unem grupos de vendedores e de compradores, permitindo que

se articule um mecanismo de oferta e procura. No Quilombo Dona Juscelina podemos citar a Feira do Quilombo, que ocorre semanalmente. Contudo, como veremos abaixo a existência do mercado não significa que ele seja o único princípio de integração econômica na comunidade, pois a reciprocidade e as formas coletiva de levantamento de recursos e trabalho para a realização de atividades são importantes na comunidade.

A comunidade é constituída por uma diretoria, com um tesoureiro que cumpre o papel junto com a comunidade de administrar seu financeiro. Cada família cadastrada contribui com uma mensalidade de R\$ 10,00, que é utilizada para fins financeiros, como compras de produtos necessários para o quilombo. Nessa comunidade, a Feira do Quilombo ocorria, antes da pandemia de COVID-19, que teve início no Brasil a partir de março de 2020, aos domingos. Trata-se de um espaço onde os quilombolas levavam seus produtos, alimentos, suas produções de seus quintais ecológicos, de suas hortas para serem vendidos para comunidade em geral. Outra manifestação cultural no quilombo é o Festejo da Abolição.

O Festejo da Abolição, que ocorre no dia 13 de maio em comemoração à libertação dos escravos, é a principal manifestação cultural da comunidade quilombola. Esse festejo é uma herança cultural de Dona Juscelina, com características particulares, tão únicas que tornou esse evento uma grande festa na qual o quilombo recebe milhares de convidados, fazendo assim a cultura da comunidade relevante, com danças, músicas, teatro da abolição, comida, bebida, dentre outras práticas que são comuns desse quilombo.

Observamos nessas manifestações e práticas que é presente o cuidado ao que é comum para esse quilombo. Além disso, a luta por subsistência e resistência é a principal forma de valorizar e disseminar esse “cuidado com o comum”. Nesse sentido, são de suma importância todas essas manifestações, as quais tornam a comunidade viva e atuante na luta por território e pelos demais ideais.

A relação da comunidade com seu ambiente é de luta e valorização da cultura por meio de danças, eventos, seminários, plantio, colheita, trabalho e administração comum dos bens. Do ponto de vista político, organiza-se legalmente, também, através de regras que se instituem e de diretoria. Na sobrevivência econômica, como aponta Polanyi (2012, p.83), encontra-se a “economia entendida como processo instituído de interações que servem para satisfazer necessidades materiais, é parte vital de toda comunidade humana. Sem uma economia nesse sentido, nenhuma sociedade poderia existir e perdurar”. E o Capital (Hardt e Negri, 2016) “funciona como forma impessoal de dominação que impõe leis próprias, leis econômicas que estruturam a vida social, fazendo com que hierarquias e subordinações pareçam naturais e necessárias”.

Visto que as necessidades constroem maneiras particulares de interação para sua subsistência como quilombo, as trocas desde o princípio dessa comunidade são uma das formas de integração da economia. Temos no quilombo a interação entre o homem e o meio, conforme destacada por Polanyi (2012). O ambiente dessa comunidade é urbano, pois está em processo de luta por território, com sua história desde 1952, quando os primeiros habitantes chegaram àquela terra. Entendemos que, para sua subsistência, a comunidade foi valorizando costumes e integrando a economia de maneira que hoje se tem algo que é reflexo de lutas por sobrevivência e subsistência como quilombo.

Trazemos para a discussão a definição de integração dada por Polanyi (2012), que aponta que “as principais formas de integração da economia humana são a reciprocidade, redistribuição e troca”. Acerca da integração, o autor defende:

A integração está presente no processo econômico na medida em que se institucionalizam os movimentos de bens e pessoas para superar o efeito dos diferenciais de espaço, tempo e ocupação, criando uma interdependência entre os movimentos. Assim, por exemplo, as diferenças regionais no território, o intervalo temporal entre o plantio e a colheita ou a especialização do trabalho são superados por movimentos das colheitas das manufaturas ou do trabalho, de modo a tornar mais eficaz a sua distribuição. As formas de integração designam os movimentos institucionalizados pelos quais se conectam os componentes do processo econômico, desde os recursos materiais e o trabalho até o transporte, o armazenamento e a distribuição dos produtos. (POLANYI, 2012, p. 83)

Dessa forma, percebemos que a integração, como já posto, foi se colocando presente na comunidade na medida em que se institucionalizavam os bens e movimentos, com o intuito de superar as diferenças, criando dependência com esses movimentos (mudanças, atividades). Como exemplo disso, na comunidade temos atividades nos territórios (plantio, colheita, criação de bichos) integrando-se às trocas, à distribuição e redistribuição, que hoje se perpetuam como cuidado comum, visto que no quilombo são comuns as lutas e os desejos de subsistência, que se fortalecem no coletivo dentro da comunidade.

Assim, temos os sistemas de reciprocidade que é central para os arranjos institucionais comunitários e que são responsáveis pela organização dos diversos eventos, durante o ano, que não apenas mostram a importância da reciprocidade e do trabalho coletivo, formalizado ou não, para a manutenção da comunidade enquanto comum. Se, por um lado, a Feira se caracteriza através de ações de troca e circulação de favores e recursos diversos como comidas, roupas, dinheiro emprestado, bazar, feira do quilombo, venda de produtos nos eventos, por outro lado,

temos o sistema de trabalho coletivo, como os mutirões para a realização das festas e cuidados com a Casa Memorial Dona Juscelina. Como distribuição, temos os recursos que a matriarca, o presidente (a) e a diretoria conseguiram/conseguem. Assim, com a luta, eram/são distribuídos para todos, por exemplo, bolsas quilombolas, cestas básicas, ajudas diversas.

A matriarca introduzira no quilombo que as cestas e ajudas conseguidas eram distribuídas primeiro para os quilombolas e famílias quilombolas que estão com o cadastro organizado e atualizado, ou seja, que pagam as mensalidades com assiduidade. As assinaturas de documentos, como bolsa permanência, ou para aquisição de recursos, também seguem a mesma lógica, sendo preciso contribuir todos os meses. Com isso, gera-se redistribuição, pois mostra que a matriarca e a diretoria queriam/querem que os jovens se envolvessem com a comunidade e se comprometessem com o comum. Essa reiteração do comum na prática, no dia a dia, na organização da vida e da reprodução da comunidade, aproxima-se do que Dardot e Laval (2017) chama de práxis instituinte. O cuidado do comum na/da comunidade, na cultura, no território ainda desejado, parte das práticas, dos ensinamentos e saberes que são compartilhados por todos, parte da união, da luta, da força, e vai além desse espaço físico, chegando nas Universidades. Vai a tantos lugares, através de cada quilombola, que entende que o comum é todos e que a gestão do comum é do quilombola que faz parte do “galho” que absorveu os ensinamentos da matriarca, configurando-se como prática constante de luta e resistência.

Uma comunidade quilombola é capaz de ser gestora de sua cultura e território, compreendendo-os, com vistas às suas necessidades coletivamente, em comum, em parceria. Nesse sentido, é um “princípio político” tradicional em que o importante para matriarca é a união, a “irmandade”, como ela mesma nos dizia. Cuidando dos bens comuns, preservando, mantêm-se e buscam-se nosso território e nossa cultura.

Nesse sentido, há a necessidade de viver em união, como Dona Juscelina nos ensina. É necessário viver e reviver a história através das memórias dos nossos griôs, através dos quais se pode mergulhar no passado, desvendando e fazendo ponte entre a Universidade e outros locais de fala, para tornar cada quilombola protagonista da história da comunidade.

No quilombo, são comuns as lutas e os desejos, o “princípio político” que se fortalece no coletivo, na comunidade, e transmite força e sabedoria para os que combatem a mesma luta dos âmbitos onde estão/são “individuais” nos locais de fala. A reflexão começando no quilombo faz buscar leituras de pessoas que compartilham e agregam nas lutas.

A reiteração do comum, da reciprocidade/redistribuição dentro da Comunidade Quilombola, pode ser lida como relacionada à práxis instituinte da qual fala Dardot e Laval

(2017). De um ponto de vista teórico, parte-se da instituição como práxis instituinte, dada por Dardot e Laval (2017):

[...] instituição significa então o sistema de regras que rege uma coletividade, e não o ato de legislar; o grupo social cuja coesão é assegurada por um poder de coerção, e não o ato de transmitir ou conferir esse; o estabelecimento da instrução, e não a atividade de instruir. [...] “institucionalização” é o ato de oficializar uma coisa que já existe e não é reconhecida, conferindo-lhe a fixidez de uma regra explícita que até então valia apenas de modo implícito. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 431)

Acerca do poder instituinte, Dardot e Laval apontam as visões de Castoriadis (defensor do conceito de autonomia política), que defende a primazia, ou seja, a prioridade do instituinte sobre o instituído, o que sempre resulta do exercício do poder instituinte como poder de criação. Para esse autor de referência, a criação do social histórico é que constitui o fato primeiro e fundamental, e não o instituído, como é dado em cada sociedade. Para Castoriadis (apud DARDOT; LAVAL, 2017), “o momento instituinte é testemunho de uma capacidade humana específica que consiste em criar a partir de nada um significado inteiramente original, assim a representação não é *imagem de* mas é a forma radicalmente nova da esfera ‘imaginária’”.

O poder instituinte torna-se poder criador através da capacidade formadora e imagética, que procede a toda organização, chamada de imaginário radical ou inconsciente. Sendo um modo de ser do imaginário radical, o imaginário social é outro modo de ser dele. Dessa forma, demos uma profunda oposição entre psique singular e a sociedade, visto que a psique é essencialmente associal. Supera-se essa oposição destinando primeiro lugar à práxis coletiva. Assim, a práxis seria o meio-termo pelo qual a imaginação radical dos indivíduos poderia agir sobre as significações instituídas do imaginário social.

A práxis é “instituinte” no sentido de estabelecer de uma vez só novos significados e novas maneiras de agir, a qual depende de um poder explícito e que entremostra o instituinte sob a figura de um ou de vários fundadores. Assim, a capacidade instituinte, por mais radical que seja a sua criação, trabalha sempre a partir de e sobre o já instituído, enquanto a práxis instituinte pressupõe certas condições e ao mesmo tempo trabalha sobre essas condições, transformando-as profundamente.

Com o reconhecimento da Comunidade pela Fundação Palmares em 2010 foi preciso constituir uma Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. A criação da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina formaliza a comunidade perante o Estado brasileiro, de modo a reconhecer os seus direitos constitucionais. Contudo, é na práxis instituinte que a comunidade e o comum garantem sua reprodução social.

Esse diálogo com teorias e autores acadêmicos, contudo, deve estar mediado pelo que Ramos Junior (2020), no texto *Desencobrir o Sul teórico*, afirma: a cabeça precisa combinar com o local onde os pés pisam, ou seja, concordar, relacionar as produções e leituras com o local de onde se está, pois cada um tem seu Sul:

Por esse motivo, o “descobrir” autores, autoras e autorias do Sul é aceitar um gesto de despersonalização, sair de nós e, à instância de outros, andar por aí a descobrir-nos. Trata-se de fenômeno conhecido: Dom Pedro CasaIdália a tempo convida -nos fazer coincidir nossa cabeça com o lugar em que nossos pés pisam. (RAMOS JÚNIOR, 2020, p. 104)

O pensamento vem da realidade viva, dá lugar ao território. Nesse sentido, há a reiteração das ações comunitárias lideradas por Dona Juscelina (antes de seu falecimento), e pelos griôs e griolas Dona Cícera, Seu Carlindo, Seu Dadá, Seu Geraldo, Dona Rosa Mistres, Dona Vitória, Seu Manoel dos Santos. (Com o falecimento de Lucelina Gomes dos Santos, Cícera Vieira e seu Carlindo, entram outras griolas: Maria Eurânia Pereira de Sousa e Leonice da Silva Ferreira e Dona Socorro.)

3.2 O Conselho de Griôs no Estatuto

De acordo com o Estatuto,

1 – O conselho de Griôs existe na Comunidade Quilombola Dona Juscelina desde o ano de 2010, quando foi instituída a ACQDJ, embora este não tenha constado no estatuto vigente da época.

a) Na reformulação do Estatuto Social da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, ocorrido em 13 de abril de 2013, o Conselho de Griôs passou a constar institucionalmente no estatuto como: Conselho Consultivo.

b) No presente estatuto, o Conselho que agrega os anciões e anciãs da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, passa a se chamar institucionalmente como: Conselho de Griôs, com a sigla C.G. para denotar “Conselho de Griôs”. (ESTATUDO ACQDJ, 2021)

No entanto, o griô nessa comunidade antecede essa data, como aponta o Griô Manoel:

Quando começou os griôs eles foram analisar na comunidade as pessoas mais velhas, mais... do começo daqui. Todos os griôs aqui são do começo, e daí fomos começando, até que chegamos ao ponto de nos tornarmos griôs, no sentido de acreditar, como a nossa vivência e nossas histórias, nós ficamos como griô, a idade também. (MANOEL DOS SANTOS, entrevista oral, 26 de fevereiro de 2022)

O Griô Manoel nos traz a definição de griô:

Olha, griô para nós, é o seguinte, as pessoas mais velhas, pessoas que têm mais um conhecimento no passado, nós em termos de griô nós somos aprendiz porque nós falamos do passado daqui que nós conhecemos o passado daqui, mas o passado que vem lá dos nossos ancestrais nós não temos muito conhecimento, mas daqui nós conhecemos a realidade daqui. Sabemos como que foi aqui. Então, nesse caso, nós somos griôs daqui da comunidade. (MANOEL DOS SANTOS, entrevista oral, 26 de fevereiro de 2022)

Trazemos a definição de Hampaté Bâ (2010), no texto *A tradição viva*, no qual os griôs se classificam em três categorias, a saber:

Os griots músicos, que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã, etc.). Normalmente são excelentes cantores, preservadores, transmissores da música antiga e, além disso, compositores.

Os griots “embaixadores” e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. Então sempre ligados a uma família nobre ou real, às vezes uma única pessoa.

Os griots genealogistas, historiadores ou poetas (ou os três ao mesmo tempo), que em geral são igualmente contadores de história e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 193)

No quilombo Dona Juscelina, temos a seguinte configuração:

Dos griôs, tinha uns que era ligado mais a medicina, planta, cura, remédio caseiro; essa faleceu. Têm outros que era mais ligado a fazer coisas, quibanes, cofo, essas coisas artesanais. Já tinha outros que tinham outros conhecimentos. Cada um tem um conhecimento. Eu entrei como griô, mas também no sentido de... a minha função como griô é a música, falar das coisas através da música. (MANOEL DOS SANTOS, entrevista oral, 26 de fevereiro de 2022)

Questionado sobre o principal cuidado que um griô deve ter, Seu Manoel nos responde que:

O principal cuidado é realmente estar de olho aberto ao desenvolvimento do quilombo, porque é... e procurar orientar o quilombo, as pessoas, porque o conselho de griô é uma coisa, a diretoria do quilombo que é outra coisa. Eles, a diretoria, faz o planejamento, faz tudo. Agora, quando tem coisa é que eles consultam os griôs, o que que nós achamos sobre isso, isso e isso, e sempre nós damos o nosso parecer. (MANOEL DOS SANTOS, entrevista oral, 26 de fevereiro de 2022)

Percebemos, assim, que o Conselho de Griôs é um arranjo institucional formalizado, no qual os mais velhos têm a palavra final. Diante disso, destacamos que as instituições surgem da práxis, a qual deve ser contínua. Assim, as instituições do comum, como o Conselho de Griôs, precisam estar sempre se instituindo.

Destacamos que a experiência é o que legitima o lugar do griô. Nessa perspectiva, como destacam Dardot e Laval (2017), só funciona se for realizado o tempo inteiro, pois só vai existir o Conselho de Griôs se houver práxis. Assim, os griôs são acionados o tempo inteiro, afirmando que, para a instituição se manter, é necessária uma práxis instituinte.

Ainda no Estatuto da Comunidade, temos as atribuições que competem ao Conselho de Griôs:

- I – Atuar como conselheiros mediadores entre os interesses da diretoria, da Assembleia Geral e dos Quilombolas;
- II – Como guardiões dos saberes e fazeres quilombolas, o Conselho de Griôs deve executar com inteira dedicação a interpretação e aplicação do Estatuto e deve recomendar por meio de Parecer à Presidência, Diretoria e Conselhos e a quem possa interessar a execução das recomendações;
- III – Zelar para que todos os quilombolas cumpram o Estatuto e o Regimento Interno;
- IV – Convocar sempre que necessário a Diretoria para apresentação de proposições que venham de encontro aos interesses da coletividade;
- V – Apresentar semestralmente relatório das consultas realizadas ao longo desse período com qualquerente da comunidade quilombola;
- VI – Recomendar à Assembleia Geral o afastamento de sua função o/a presidente/a da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, quando este/a descumprir o Estatuto da ACQDJ. (ESTATUDO ACQDJ, 2021)

O Conselho de Griôs é acionado constantemente na resolução de problemas, sendo questionado sobre questões coletivas. Como exemplo disso, podemos citar a argumentação do Senhor Manoel ao falar sobre quando os Griôs foram acionados:

Sim, nós tivemos sim, o presidente do quilombo. O passado deu um problema, deu trabalho demais. Ele queria fazer as coisas por conta própria. Tem até um lote que nós temos para fazer a sede do quilombo, e lá dentro do lote tem uma árvore, um pé de manga, que fica central, e esse pé de manga nós preservamos ele, que quando nós for fazer a sede ele vai ficar no meio, e nós temos planos de fazer é... cimentar, fazer uma faixa de cimento ao redor dele para gente se abrigar debaixo daquela árvore, conversar, brincar e tudo mais. É uma árvore que dá fruto e dá sombra. Eles encaram de derrubar aquela árvore. Rapaz, isso teve complicado. Aí, nós não queríamos que derrubasse a árvore de jeito nenhum e eles querendo lá. Foi preciso apelar para Justiça. (MANOEL DOS SANTOS, entrevista oral, 26 de fevereiro de 2022, p. 07)

Assim, percebemos que o Conselho de Griôs está em constante movimento, visto que são acionados e requeridos diante dos problemas e situações permanentes na comunidade. Nesse cenário, são questionados e postos como transmissores de saberes, sendo cantores, devotos, “médicos”, os quais se afirmam, dessa forma, como cuidadores do comum.

Essa instituição, organizada a partir do comum como princípio político, é formalizada no momento em que a comunidade busca reconhecimento por parte do Estado como comunidade quilombola e, para isso, cria a Associação. Dentro da Associação, contudo, produz-se um arranjo institucional que associa a democracia vinda do Estado – com eleição de um presidente/a -, com as lógicas comunitárias de respeito aos mais velhos, através da formalização do Conselho de Griôs.

Com o Conselho de Griôs temos o Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes (ConJuGa), que tem como lema “Somos galhos de sábios trocos”, registrado em estatuto da comunidade como (Estatuto, ACQDJ, 2021) “o órgão da ACQDJ responsável por elaborar, discutir, apresentar e acompanhar o plano e ações que promovam a inserção da juventude no campo da cultura, do território e da produção na comunidade”.

Ainda de acordo com o estatuto compete ao Conselho de Juventude Griôs Aprendizes:

- I – Organizar eventos na comunidade e representar a juventude quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina dentro e fora da comunidade.
 - II – Fomentar na juventude quilombola, os princípios comuns da solidariedade, respeito à ancestralidade, aos ensinamentos coletivos;
 - III – Desenvolver ações culturais na comunidade, sempre sob a orientação e acompanhamento do C. G. – Conselho de Griôs;
 - IV – Promover e estimular o debate entre a juventude quilombola, no âmbito das ações de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na demanda da juventude da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina;
 - V – Incumbir-se da área de comunicação da ACQDJ, no que diz respeito a divulgação das ações da comunidade, nas mídias sociais, após autorização da diretoria;
 - VI – Organizar anualmente o Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola, o Fórum Permanente de Cultura Quilombola e outros eventos culturais que envolvam a participação de jovens quilombolas dessa e de outras comunidades quilombolas.
- (ESTATUTO ACQDJ, 2021)

Como podemos observar, são de suma importância as atribuições do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes. Essas atribuições vão desde organizar eventos a desenvolver o

debate entre a juventude, mas se faz necessário ressaltar que esse coletivo é um galho, mais um galho de sábios troncos que são os griôs (Conselho de griôs).

A juventude necessita estar presente nos eventos, nos debates, nas rodas de conversas promovidas pela Comunidade Quilombola, pelo Conselho de Griôs, pelo Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes, pois são nesses momentos, nesses espaços onde se tem a oportunidade de aprender sobre todos os aspectos da comunidade para assim tornar-se atuante, participativo, militante nas lutas e causas coletivas e comuns para o quilombo.

O jovem quilombola na Comunidade Quilombola Dona Juscelina tem como responsabilidade dar continuidade à luta da comunidade (luta pelo território, valorização e pertencimento da cultura, permanência dos ensinamentos dos griôs), ou seja, a juventude de hoje é herdeira e está em processo de aprendizagem, e tem diversos espaços onde pode colocar ativos os ensinamentos apreendidos, enquanto tem a fonte do aprendizado ao seu lado, fornecendo momentos de ensino-aprendizado (como o Encontro de vivências do Conselho de Griôs com a Juventude Quilombola Dona Juscelina, do qual falaremos mais adiante).

A comunidade proporciona oportunidades nas quais o jovem quilombola pode contribuir com o seu aprendizado ou aprender enquanto contribui junto à comunidade. Uma delas é o Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola, no qual a juventude é responsável pela organização. Atualmente, há diversos jovens quilombolas que tiveram a oportunidade e honra de palestrar; eu mesma tive esse prazer diversas vezes e é maravilhoso entender que podemos fazer parte de algo maior que nós, pois é algo que nos antecede. A fagulha para esse entendimento pode surgir não só na comunidade, mas nos espaços educacionais (escola, universidade).

A universidade para o jovem quilombola é um espaço de descobertas, como foi meu caso, um espaço de militância, de construção. Nesse processo, essa comunidade quilombola se faz necessário, com tudo que ela pode oferecer, para que esse jovem, nas suas descobertas e participação em causas e lutas, se envolva nas causas e lutas do povo quilombola, da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, tornando-o assim participativo e ativo dentro e fora da comunidade.

O Conselho de Griôs e o Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes na Comunidade Quilombola Dona Juscelina trabalham juntos em um processo de ensino-aprendizagem dos valores, dos princípios, da cultura e demais aspectos do quilombo, com o objetivo de preparar o jovem para cuidar do bem comum que a comunidade tanto se empenha em preservar. Juntos tornam mais fortes os galhos e os troncos da árvore que é esse quilombo.

4 QUILOMBO É UM GALHO: ensinamentos dos griôs

“Eu sou neta duma cativa, minha vó era uma cativa”
Dona Juscelina

Dona Lucelina Gomes dos Santos, a matriarca dessa comunidade, uma mulher negra, militante política, foi parteira, rezadeira, devota de Padre Cícero. No ano de 2021, recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Tocantins. Chega na região norte do Tocantins em 1962 trazendo o Festejo da Abolição e a memória quilombola. A comunidade, ali instalada 10 anos antes, passa a comemorar o festejo juntamente com ela e sua família, tornando essa festa e a memória quilombola um dos elementos nos quais a comunidade mais investe tempo, trabalho e afeto. A partir disso, valorizam-se, ainda, práticas quilombolas por meio de danças e comemoração à Abolição dos Escravos.

Dona Juscelina era neta de cativo e sobrinha de quilombolas, que lutou até o fim de sua vida para manter viva a cultura deixada pelos antepassados. Era uma mulher de resistência que lutou constantemente pelos seus ideais.

Dona Juscelina, como é nacionalmente conhecida, chega na região de Muricilândia-TO em 12 de outubro de 1962, realizando o primeiro festejo da abolição em 1968³. Esse festejo, portanto, é herança familiar de que ela muito se orgulhava de realizar. A festividade é comemorada em 13 de maio, lembrando a abolição e o protagonismo da Princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea.

O festejo ocorre da mesma forma que Dona Juscelina aprendeu com seu tio Claro Preto do Saco. Às 4:00 horas da manhã, ocorre alvorada, às 16:00 horas da tarde, ocorre Teatro da Abolição representando a assinatura da Lei Áurea. As figuras da princesa, do príncipe, seu pai e sua mãe são representadas por pessoas da comunidade escolhidas pela matriarca. Antes da apresentação teatral ocorre, ainda, a missa ecumênica. Após o teatro, ocorre o desfile pelas ruas da cidade, cantando músicas de abolição e dançando em lembrança à libertação dos escravos.

Dona Juscelina, também, foi uma grande pensadora do quilombo. Nas suas palavras, o quilombo é um galho de uma árvore com raízes profundas na escravidão e no sofrimento do

³ Na leitura das entrelinhas da história de vida de Dona Juscelina, é possível ver o quanto à sua existência e passagem foi e continua sendo de resistência, pois o ano de 1968, como é sabido, era o início dos duros anos do regime militar, e Dona Juscelina atravessou esse período com sua sagacidade movendo o posicionamento político da comunidade, sem despertar o olhar da censura.

povo negro. Nesse sentido, o Festejo da Abolição vem rememorando esse sofrimento e representando, em suas palavras, a árvore:

Quilombola é um galho que uniu com a minha, é um galho, negócio de procurar vim do Rio de Janeiro me procurar pra mim dá uma pequena história pra eles, aí com isso eles foram juntando e já formou esse galho de quilombola, e vai formar outros. (LUCELINA GOMES DOS SANTOS, entrevista oral, 18 de maio 2017, p. 06)

Sendo o Quilombo um galho que se uniu com o Festejo da Abolição (Festejo herdado pelo tio Claro Preto do Saco), o Festejo do Quilombo (Festejo da Comunidade Quilombola Dona Juscelina) se unificou, surgindo na comunidade diversas práticas culturais, comuns a todos, pois a coletividade participa e dissemina a todos que fazem parte da comunidade. A matriarca prega a união na gestão da comunidade, hoje Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, com o Conselho de Griôs, que tem mais de 315 famílias associadas. Esse conselho tem, junto com a presidente, vice e toda mesa diretora, o papel de cuidar e administrar a comunidade, receber quem vem visitar e compartilhar saberes.

Para abordar a configuração da comunidade, trazemos a fala de Ludimila Carvalho dos Santos, de 19 anos, quilombola da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, militante e membro da Diretoria, que destaca:

A comunidade, assim como a nossa cultura da cidade, é entremeada da cultura quilombola. A cultura da cidade é a cultura quilombola; não tem como separar. E quando os nossos habitantes chegaram aqui e dona Juscelina trouxe essa festa, essa festa passa a ser uma festa histórica, uma festa que vai ficar marcada, uma festa onde começou os primeiros passos de nossa cidade. Por que faz parte da cultura? Nós voltamos lá no passado e vemos que Muricilândia antes de dona Juscelina. O quê que era? Era uma comunidade romeira. Era uma comunidade católica, romeira, onde a cultura começou ser a cultura romeira, e dona Juscelina chega com a festa de Santo Reis, e começa também entremear no meio aquele povo. Aí, dona Juscelina também aparece aqui com a festa do 13 de Maio, desconhecida por moradores que aqui estavam, mas que começaram a conhecer e que, como cultura, como história, como participantes daquela realidade, sendo eles a maioria negros, sendo eles a maioria descendentes de pessoas que foram escravizadas, eles se veem naquele meio. (LUDIMILA CARVALHO DOS SANTOS, entrevista oral, 27 de junho de 2017)

Ludimila Santos também dá um destaque para o Festejo da Abolição e para Dona Juscelina, uma mulher romeira, devota, Doutora Honoris, matriarca, que como diz a jovem introduziu o Festejo da Abolição na Comunidade. Lucelina Gomes dos Santos herdou o festejo de seu tio Claro no seu leito de morte. Nascida em Nova Iorque no Maranhão em 1930, chega

a Muricilândia em 1962 com a família passa a celebrar sua festa, que logo se torna o Festejo da Abolição do Quilombo Dona Juscelina nessa região.

Figura 9: Lucelina Gomes dos Santos (dona Juscelina)



Fonte: Arquivo da autora (2018)

No início de 2021, ocorreu a eleição na comunidade, cuja periodicidade é de quatro em quatro anos. Dona Juscelina tornou-se então a presidente pela terceira vez. Dona Juscelina foi a primeira presidente da ACQDJ (2010-2011), foi também a segunda presidente da ACQDJ (2012-2013). Em 2021 foi presidente pela terceira vez para o período de 2021-2024, vindo a falecer no final da primeira metade do ano de 2021. As reuniões ocorrem na frente da sua residência, também sede do quilombo. Nesse local, a matriarca também recebia a universidade, os políticos, os membros da comunidade, os amigos, os devotos. A sua casa tem um altar onde dona Juscelina rezava e fazia suas devoções. Também rezava por todos aqueles que passavam pela sua casa. Na sua sala, há imagens de figuras importantes para ela e para o quilombo.

Figura 10: Altar de dona Juscelina



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Após sua morte, a casa e o altar permaneceram como dona Juscelina deixou, em respeito a todos seus ensinamentos e práticas, que são base para a sua comunidade. O atual presidente, Manoel Filho Borges⁴, e a diretoria continuam recebendo as pessoas na casa de dona Juscelina, buscando seguir todos os costumes da matriarca. A sua casa hoje se chama Casa Quilombola “Memorial Lucelina Gomes dos Santos”.

Na figura acima temos o altar de Dona Juscelina, a matriarca, com imagens de santos, alguns de gesso outros de papel em quadros, bandeiras e tambores de usados em folias (como reis), no altar também podemos ver alguns livros religiosos além alguns textos e produções acadêmicas. O altar é local de oração e utilizado também em rezas e prezes pela matriarca diariamente antes de falecer e atualmente pela comunidade periodicamente, seguindo e respeitando a tradição, religião, costumes e fé, ensinados pela matriarca, os grîôs e os anciões.

⁴ Manoel Filho Borges é presidente da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, mestre pelo PPGcult e professor da educação básica da rede estadual de ensino do Tocantins.

Figura 11: Memorial Lucelina Gomes dos Santos



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Figura 12: Memorial Lucelina Gomes dos Santos



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Figura 13: Memorial Lucelina Gomes dos Santos



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Figura 14: Memorial Lucelina Gomes dos Santos



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Figura 15: O presidente Manoel Filho recebendo convidados para um debate na Casa Quilombola "Memorial Lucelina Gomes dos Santos"



Fonte: Arquivo da autora (2018)

A comunidade também compartilha práticas, ensinamentos e a administração por meio de grupo no aplicativo de mensagens *Whatsapp*, além de realizar encontros e seminários. O Conselho de Griôs tem parte fundamental no processo de aconselhamento da comunidade, pois os mais velhos recebem os mais jovens, compartilham o que sabem, transmitem saber e participam ativamente de todos os processos e práticas do quilombo.

4.1 O galho e a ancestralidade: categorias do comum segundo dos Griôs

Tentamos, do mesmo jeito, dialogar a categoria galho com a categoria política e acadêmica da ancestralidade. Acerca da ancestralidade, Katiúscia Ribeiro (2020) diz que:

A ancestralidade se apresenta então como categoria de reconhecimento no modo de assentir a ontologia do sujeito negro [...] o conceito de ancestralidade não se fixa em uma era histórica, tão pouco se limitou à um modo antigo de produzir filosofia ou mesmo se limitou à pessoas, mas sim se encontra como um modo de percepção holística africana estendendo-se à diáspora. (RIBEIRO, 2020)

Ancestralidade é o legado dos antepassados, configurando nessa comunidade uma categoria do comum, pois como podemos observar o que os antepassados deixaram de missão para a comunidade vem sendo transmitido pelos griôs.

Buscamos a definição de galho dada pelos griôs, procurando entender como o pensamento deles dialoga com o de Dona Juscelina. Para tanto, entrevistamos, através da metodologia da história oral, os griôs Dadá, Manoel dos Santos e Geraldo, que foram questionados sobre o que seria galho, de acordo com as suas vivências com matriarca, visto que é de suma importância trazer esse tema para debate nesta investigação.

Para o griô Dadá, o conceito de galho “incorporou essa brincadeira. O 13 de maio era dos avôs dela [dona Juscelina], de bisavô passou pros avôs, passou pros pais dela, do pai dela passou para ela” (CONCEIÇÃO VIANA, entrevista oral, 23 de outubro de 2021).

Para o griô Manoel dos Santos, a definição de galho também ganha contornos semelhantes à primeira narrativa, mas com mais especificidade na tradição quilombola:

Olha... é um galho realmente, porque no começo ninguém falava de quilombo, no começo era o rebolado, o 13 de maio, a festa era em homenagem à Princesa Isabel, que ela [dona Juscelina] era muito chegada à Princesa Isabel, que disse que foi quem assinou a Lei Áurea, aquela coisa de alforria aos negros. A linha dela era essa, libertação dos negros, é a festa dela. Só em mais pra cá, mais ou menos a partir de [19]84, 88, 84 mesmo, é... foi que começou a se falar de quilombola, alguém daqui com alguém de fora conversando sobre o quilombo, as pessoas negras que pertenciam ao quilombo, e foram descobrindo que tinham muitos quilombo. A pessoa nem sabia se era quilombo, nem sabia o que era quilombo, mas na verdade tinha sangue, tinha descendência de quilombo. Aí, em 84 foi que começou focar no princípio lá do quilombo, e daí anexou realmente com o trabalho dela, que já falava sobre os negros, foi aí que começou. (MANOEL DOS SANTOS, entrevista oral, 24 outubro de 2021)

Para o griô Geraldo, a noção de galho vem:

Em favor da nossa raça e também pelo desempenho que teve aqui no nosso lugar. Nós podemos deixar para que os jovens que estão, porque eu já estou indo, os jovens mais tarde tomem de conta, que não pode essa bandeira apagar. (GERALDO DELMONTES, entrevista oral, 24 outubro de 2021)

Galho e ancestralidade relacionam-se nessa comunidade por meio das práticas de permanência e valorização do Comum. Com isso temos a comunidade mantendo viva a noção do que vamos chamar de galho-ancestralidade transmitida pelos griôs, através de várias práticas na comunidade, dentre elas ocorrem os mutirões e outros tipos de trabalho coletivo para limpeza e cuidado dos bens comuns. Recentemente, os quilombolas se reuniram para limpar o quintal da Casa Quilombola “Memorial Lucelina Gomes dos Santos”.

Figura 16: Mutirão para limpeza da Casa Memorial Lucelina Gomes dos Santos



Fonte: Arquivo da autora (2018)

O trabalho em mutirão aproxima e valoriza o cuidado com o que pertence ao quilombo. Por isso, foi ensinado pelos mais velhos que realizavam esse tipo de trabalho quando chegaram a esse território, sendo um serviço que ainda tem grande utilidade e importância, já que, como os griôs ensinam, é importante manter e cuidar do quilombo.

4.2 Encontro de vivências do Conselho de Griôs com a Juventude Quilombola Dona Juscelina: ancestralidade e futuro

Vamos seguir falando um pouco mais sobre o Conselho de Griôs e o Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes, pois uma das relações mais fortes que os griôs têm nessa comunidade é a de ensino-aprendizagem com os jovens griôs aprendizes. Antes, porém, vamos destacar que griô aprendiz é o aquele que está aprendendo com o griô, na intenção de preservar e valorizar a cultura da comunidade.

Na figura a seguir, temos a maioria dos griôs da comunidade: da esquerda para direita, temos a Griola Rosa Mirtes, a Griola Leonice, o Griô Dadá, a Griola Eurânia e o Griô dos Santos. Nesse momento, estava acontecendo o IV Encontro de Vivências e Conselho de Griôs, junto com a Juventude Quilombola Dona Juscelina. Esses encontros ocorrem periodicamente e têm como objetivo a transferência de saberes dos griôs para a juventude. Esse Encontro em questão teve como tema “Nossa Culinária é Patrimônio Material e Imaterial da Comunidade”, no qual os griôs compartilharam seus conhecimentos acerca da culinária quilombola.

Figura 17: Conselho de griôs 2022



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Na figura a seguir, temos colocados no chão instrumentos e bandeiras da comunidade: bandeira do Conselho de Griôs; bandeira da Comunidade Quilombola Dona Juscelina; bandeira do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes; bandeira das Negras Mariamas; imagens de comidas típicas quilombolas; um pilão que tem uma característica particular nessa comunidade, sobre o qual falaremos mais a seguir; um quibano com arroz; uma cuia com milho pisado; duas tigelas com feijão, para representar a comida que seria preparada no dia seguinte; Mugunzá, sobre o qual falaremos mais a seguir.

Figura 18: Colocação da "Mesa" do encontro



Fonte: Arquivo da autora (2022).

O griô, como compartilha, também aprende. Nesse sentido, na manhã de 02 de abril de 2022, aconteceu mais um momento de fala dos griôs, que compartilharam experiências e vivências de plantações, roça, experiência de pisar arroz, da infância e da educação. Acerca da sua infância e educação, o Griô Manoel dos Santos compartilha que:

Olha, vocês vão ficar um pouco espantado com a realidade que nós vivemos quando éramos crianças, jovem. O nosso mundo como griô era um mundo totalmente diferente desse mundo que estamos vivendo agora... eu não tenho estudo. Meu estudo foi bem pequenininho, e naquela época onde nós morávamos não era na rua era um pouco, uns 6 quilômetros da cidade. E lá para nós não tinha escola, nem particular não tinha... depois que nós saímos de lá para Araguaína foi que eu comecei estudar, foi pouco tempo, mas não tínhamos essa facilidade que hoje tem para nossos alunos. Vocês estão em um mundo maravilha. As escolas eram distantes e tinha que ir de pé... a nossa vida, a minha vida, que eu vou contar para vocês, é uma vida que você nem pensava. Não tinha na cabeça a ideia de como foi a minha vida, o meu passado como criança. (MANOEL DOS SANTOS, entrevista oral, 02 de abril de 2022)

O Griô continua falando das suas dificuldades como criança, da sua infância, trazendo para o encontro um momento de afeto. Além disso, relembra as dificuldades da sua família, com a falta de algumas coisas, como comida, fogo, recordando como era a alimentação e as comidas que existiam na sua infância.

Figura 19: Encontro de Griôs

Fonte: Arquivo da autora (2022).

Acerca do processo de plantar, colher e pisar arroz, os griôs nos dizem:

No caso do arroz, como muitos não conhecem, mas tinha a dificuldade do arroz, como limpar... cheguei a pegar arroz, com faquinha e cutelo, depois tem o tempo da batida, o tempo de ir para o sol, e tem o tempo de ir para máquina, até chegar à panela. (EURÂNIA, entrevista oral, 02 de abril de 2022).

Vou contar aqui a história do pilão... o pilão, naquela outrora, nossas mães e nossos pais mandava pilar o arroz... nós íamos pisar aquele arroz e se derramasse ao redor do pilão tinha que catar sem a terra para não estruir... nós íamos pisar de dois ou de três. Soprar o arroz, antigamente soprava na cuia, da cuia passou para o quibano... quando terminava de pisar de arroz, nós íamos catar de três ou de quatro meninos. (CONCEIÇÃO VIANA, entrevista oral, 02 de abril de 2022).

Eu era tirada de casa pequena. Eu inventava febre, inventava doença do arco da velha, para não ir colher arroz. Porque a roça que meu pai plantava água dava na cintura. Ficava com aquela faquinha torando o arroz, a gente menorquase que o pé de arroz, colhendo aquele arrozinho com uma faquinha, meu Deus... é um sofrimento só. A única coisa do meu passado que não sinto falta alguma é da colheita do arroz dentro da água e do pilão, porque nós tinha que pisar e não podia derramar. Pois é, era na roça, colhendo dentro da água. O processo de secagem daquele arroz dava trabalho porque parece que toda época de colheita de arroz é tempo de chuva. Dava aquele trabalho para ajudar tirar aquele arroz, pra bater. Não tinha febre, não tinha dor de cabeça, só tinha uma coisa que meu pai respeitava para não levar nós para roça: as meninas quando estavam menstruadas...Do arroz era aproveitado tudo. (LEONICE, entrevista oral, 02 de abril de 2022).

Percebemos o quão importante foram as roças de arroz para os griôs, em especial o processo de colher e pisar no pilão. A griola Rosa Mirtes já vem nos falando sobre o milho:

Eu vou falar do milho. Quando eu era criança, nós pisávamos o milho, tirava aquela palha pisava no pilão, jogava um pouquinho de água, aí soltava assim uma pele do milho. Depois daquilo ali, botava de molho, e aquele pele servia para dá para as galinhas e pros porcos... então botava de molho e no outro dia pisava. (ROSA MIRTES, entrevista oral, 02 de abril de 2022)

O arroz e o milho eram parte da alimentação das famílias dos griôs, famílias negras quilombolas. Em relação às roças, de acordo com os griôs, “cada família tinha uma roça. Na hora de colher, a própria família ia colher e chamava os vizinhos” (Conceição Viana). No que diz respeito a trabalho com a colheita, todos nos responderam que “um ajudava o outro”:

Era assim a troca de serviço, por exemplo, tem uma roça bem aqui, a Rosa Mirtes tem uma roça aqui, e ela é vizinha minha, e eu tinha outra aqui: eu ia ajudava ela, depois ela vinha e me ajudava. A união, naquele tempo, tinha união. A mesma coisa na colheita do feijão, na colheita da fava, do algodão. (CONCEIÇÃO VIANA, entrevista oral, 02 de abril de 2022)

Exemplo, quando era a colheita do arroz, tinha uma roça, aí, juntava e chamava uma família... aí, vinha aquele povo daquela casa todinha, tirava uma de nós só para fazer a comida, juntava e fazia aquele mutirão e panhava no mesmo dia. (ROSA MIRTES, entrevista oral, 02 de abril de 2022).

Percebemos que o processo de colheita era feito de forma comunitária, mesmo que as roças fossem plantadas de forma individual. A partilha desses gêneros alimentícios também estava presente. A Griola Eurânia nos conta que o “pai compartilhava carne e demais alimentos com as famílias vizinhas”.

O Mugunzá para essa comunidade é uma comida deixada pelos antepassados quilombolas, feita com grãos de milho, feijão, partes do porco, com arroz para acompanhar. O Mugunzá foi feito na comunidade num domingo, dia 03 de abril de 2022, pela tarde, contendo também linguça e carne vermelha.

Figura 20: O Mugunzá



Fonte: Arquivo da autora (2022).

O quilombola Luiz Novais, ao centro da figura vestido de camisa verde, contou para a comunidade a história do Mugunzá. Num domingo, 03 de abril pela manhã, ele contou que era uma comida feita pelos quilombolas com as sobras das carnes de porcos dadas pelos patrões da casa grande. Como não havia outras carnes, era feito com sobras do porco, milho pisado um dia antes e feijão.

Figura 21: O quilombola Luiz Novais contando a história do Mugunzá



Fonte: Arquivo da autora (2022).

O mugunzá na comunidade foi feito pelas mãos de todos os quilombolas presentes, direcionados pelo quilombola Luiz Novais, da seguinte maneira: foi cozido o milho sem a pele,

que foi pisado no dia anterior para tirar a pele. Depois do milho cozido, foi acrescentado o feijão. Separadamente, foram cozinhadas as carnes, depois juntaram-se o milho e o feijão com os demais temperos, como cheiro-verde.

Figura 22: Preparação do Mugunzá: quilombolas Luiz e Francisca e Griola Eurânia



Fonte: Arquivo da autora (2022)

As carnes com o milho e o feijão foram cozidas juntos por um tempo, enquanto o arroz também era preparado separadamente, o qual foi pisado no dia anterior. Após pronto, o Mugunzá foi apreciado por todos os quilombolas presentes.

Figura 23: Momento de comer o Mugunzá



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Esse momento de preparação do Mugunzá foi de aprendizados e partilhas, com o fortalecimento de vínculos, de aproximação entre os griôs e griôs aprendizes, de sorrisos, de compartilhamento e criação de memória coletiva, tornando-se assim um momento único para essa comunidade.

Na manhã do dia 09 de abril de 2022, deu-se continuidade ao IV Encontro de Vivências do Conselho de Griôs com a Juventude Quilombola do Dona Juscelina, com a presença dos Griôs Manoel dos Santos, Geraldo Delmontes e Conceição Viana (Seu Dadá). A quilombola Maria Bartolomeu trouxe uma fala sobre o tema trabalhado (culinária).

Figura 24: Maria Bartolomeu e os griôs



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Nesse encontro, continua-se dando ênfase ao pilão, como podemos ver na figura da “mesa” que foi organizada. Nesse cenário, temos novamente as bandeiras, pilões e livros, como também foi colocado um instrumento musical símbolo do quilombo, que é uma bateria tradicional.

Figura 25: Instrumentos simbólicos para o quilombo



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Na oportunidade, o presidente Manoel Filho fez uma exaltação sobre a participação da juventude na comunidade. Nesse momento, destacou que assinou nos últimos meses 43 termos de reconhecimento para jovens da comunidade, sendo que o quilombo tem cerca de 400 jovens, os quais estariam deixando à desejar nos eventos, nos encontros, esse tema é pautado com frequência nos eventos e encontros realizados ou com a presença da comunidade.

Figura 26: Bandeira do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Segundo o presidente, os jovens serão aqueles que darão continuidade ao trabalho dessa comunidade, o que justifica a existência do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes. Nessa perspectiva, como destaca o Griô Dadá, “o Griô é para dar conselho e contar história”, o que também demarca o motivo dos encontros.

Neste momento, trago minha própria fala, agora como quilombola, e griô aprendiz, para além da pesquisadora e autora deste trabalho. Sobre esse movimento da tradição, me sinto maravilhada nesses encontros e faço questão de estar junto à comunidade, contribuindo e “bebendo da fonte do conhecimento que faz a roda girar”, como destacou a quilombola Maria Bartolomeu.

Durante a tarde do dia 09 de abril, deu-se continuidade às atividades práticas, nos preparos dos pratos que seriam servidos no dia seguinte: cuscuz de arroz e de milho. Para tanto, os quilombolas presentes, griôs e juventude, pisaram no pilão arroz e milho.

O processo deu-se da seguinte maneira: o arroz tem um processo de pisar diferente do milho, pois o arroz é pisado, soprado com o quibano diversas vezes até estar praticamente limpo, sendo que o último processo é o catar. As palhas e sobras do arroz servem para dar aos bichos como alimento, sendo que tudo é aproveitado.

Figura 27: Momento de pisar o arroz



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Nas figuras a seguir, a Griola Rosa Mirtes sopra o arroz com o quibano. Essa griola tem grandes conhecimentos acerca de todo o processo de pisar o milho e o arroz.

Figura 28: Soprando o arroz no quibano



Fonte: Arquivo da autora (2022)

O milho para pisar é colocado no pilão com um pouco de palha do próprio milho, junto com o pouco de água, para evitar que o grão “pule” para fora do quibano. Pisa-se e sopra-se diversas vezes até toda a pele do milho seja retirada.

Figura 29: Pisando o Milho



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Figura 30: Soprando o milho



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Os dois, tanto o arroz como o milho, são colocados de molho para amolecer. Após esse processo, são colocados para pisar no pilão novamente para preparar o cuscuz. Nesse preparo específico, o milho foi colocado de molho no mesmo dia para ser pisado no próximo, “com água morna, não quente até cobrir e passar um tanto, porque de noite o milho incha”, conforme instruções dadas pela Griola Rosa Mirtes.

Na manhã do dia 10 de abril de 2022, os griôs presentes no encontro levaram uma “palavra de conselho e incentivo para os jovens”. Dessa forma, contaram histórias do seu passado, suas experiências de vida, com o intuito de ajudar a juventude da comunidade. O tema da conversa foi “E amanhã quem vai estar aqui? A responsabilidade da juventude quilombola”.

Figura 31: Roda de conversa



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Durante a tarde, foi realizada a oficina prática de produção do cuscuz de arroz e de milho. Na ocasião, a quilombola Nêna foi quem direcionou a oficina. O arroz, pisado no dia anterior, foi colocado de molho por alguns minutos, depois foi posto para secar e em seguida pisado novamente no pilão.

Figura 32: Momento de pisar o arroz para preparar o cuscuz



Fonte: Arquivo da autora (2022)

O arroz é pisado e peneirado, sendo que o que fica na peneira é pisado novamente, até que todo arroz se torne uma massa bastante fina.

Figura 33: Peneirando o arroz



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Em seguida, pega-se essa massa fina e acrescenta-se somente água e sal, até dar o “ponto”. Após esse processo, coloca-se para assar.

Figura 34: Dando o ponto na massa e colocando para cozinhar



Fonte: Arquivo da autora (2022)

O processo para fazer o cuscuz de milho é semelhante: o milho que estava de molho desde o dia anterior é colocado em uma vasilha com furos para escorrer.

Figura 35: Milho escorrendo



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Em seguida, pisa-se o milho e peneira-se até que se torne uma massa fina, como mostra a figura a seguir:

Figura 36: Peneirando a massa do milho



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Em seguida, molha-se com água e coloca-se sal, sendo depois cozido. Para cozinhar, os quilombolas usaram duas técnicas: pode cozinhar na cuscuzeira ou no prato. Neste, coloca-se a massa, envolvendo-o com um pano úmido; cozinha-se com a parte do pano virada para baixo.

Todos esses processos de preparo das comidas foram feitos com o intuito de ensinar o grãos aprendizes. Para tanto, os grãos contaram as suas histórias de vida, incluindo a parte da culinária, explicando como cada alimento era preparado e consumido, cujo objetivo era mostrar para a juventude um pouco da realidade deles no passado.

A demonstração de alguns pratos da culinária quilombola tem o intuito de ensinar para tornar possível a reprodução e preservação cultural pelos jovens quilombolas. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina organizou uma Noite Cultural para expor esses e os demais pratos que seriam reproduzidos pelos grãos aprendizes.

4.3 O Pilão: ancestralidade e símbolo instituinte

O pilão constitui-se como um instrumento de suma importância nesse momento de preparo de alimentos, bem como em outras ocasiões na comunidade. É com ele que se pede a benção aos ancestrais: uma batida com a mão de pilão dentro do pilão e se diz benção. Trata-se de um momento lindo de ressignificar os antepassados, pois se pede benção à mãe, ao avô, ao tio, à Dona Juscelina e aos grãos e griolas.

Figura 37: O pilão

Fonte: Arquivo da autora (2022)

O pilão também é música. O Griô Manoel Dos Santos cantou na abertura do encontro:

Bota o milho no pilão

Pega a mão de pilão

Bota o milho no pilão

Pega a mão de pilão

Bota o milho no pilão

Pega a mão de pilão

Pisa o milho

Tira a pele do caroço

Prepara o mugunzá

E chama o povo pro almoço

Lê lê lê lá lá lá

Vamos fazer o Mugunzá

Lê lê lê lá lá lá

Venha comigo experimentar

Bota o milho no pilão

Pega a mão de pilão

Bota o milho no pilão

Pega a mão de pilão

Bota o milho no pilão

Pega a mão de pilão

Figura 38: Griô Manoel dos Santos tocando e cantando



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Percebemos através dessa música a importância do pilão para essa comunidade, pois é um instrumento para pisar os alimentos, tirar a pele do caroço do milho, pisar o arroz. Nesse momento, tivemos a parte prática durante todo encontro, quando os quilombolas puderam pisar o arroz e o milho para preparar o Mugunzá, o cuscuz de arroz, o cuscuz de milho.

Figura 39: Momento de pisar o arroz e o milho



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Na figura a seguir, podemos ver o quilombola junto com o presidente Manoel Filho compartilhando da mesma experiência de pisar. A comunidade muito aprendeu e tem aprendido em volta do pilão, mostrando o instrumento como símbolo instituinte do comum na comunidade.

Figura 40: Quilombola e presidente compartilhando da mesma experiência



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Na figura a seguir, temos um momento de partilha, quando os grãos transmitem seus conhecimentos acerca do tema trabalhado, com o pilão bem ao centro da roda, os grãos de um

lado e o jovens ao outro. Além disso, também são abordadas suas histórias de vida. Esse encontro ocorreu no dia 02 de abril de 2022, em um sábado pela manhã, estando presentes os griôs e os jovens que formam o Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes, que tem o seguinte lema: “Somos galhos de sábios troncos”.

Figura 41: IV Encontro de Griôs: Roda de Conversas



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Figura 42: IV Encontro de Griôs: fala do quilombola Luiz Novais



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Trouxemos aqui o pilão, dando ênfase à sua importância na comunidade, pois sabemos que a união de todos em volta do pilão traz encontro, conversas, debates, discussões, memória,

sonhos, histórias. Assim como o pilão é símbolo de memória e de luta para esses quilombolas, os griôs são símbolo de conselho, aprendizagem, força e sabedoria.

Reforçamos que todos os ensinamentos e conselhos transmitidos e apreendidos pelos griôs são de suma importância, pois leva a ser contínuas as práticas dos griôs, que são constantemente acionadas pela comunidade, tornando-se assim uma práxis.

4.4 49º Festejo da Abolição

Depois de 2 anos sem realizar o evento no formato presencial, visto que durante a pandemia o Festejo da Abolição foi realizado de forma virtual, pela plataforma google meet, a comunidade volta celebrando o 49º Festejo da Abolição de forma presencial, juntamente com o Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola. Foram 3 dias de eventos, nos dias 12, 13 e 14 de Maio de 2022. No dia 12, foram realizadas diversas mesas redondas, com um momento de homenagem à matriarca Lucelina Gomes dos Santos, com uma placa pelo NEAF, entregue pela professora Dra. Rita de Cassia Domingues Lopes.

Figura 43: Entrega da placa



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Na noite do dia 12, o grupo Negras Mariamas trouxe uma apresentação junto com a percussão da Escola Estadual de Muricilândia. Nesse momento, foi cantada a música oficial do

grupo Negras Mariamas, que vem de ama, representando-se as negras amas que dançavam no período da escravidão.

Figura 44: Grupo de dança Negras Mariamas



Fonte: Arquivo da autora (2022)

*Negra Mariama chama para enfeitar
O andor porta estandarte para ostentar
A imagem Aparecida em nossa escravidão
Com o rosto dos pequenos, cor de quem é irmão*

*Negra Mariama!
Negra Mariama chama!
Negra Mariama chama pra cantar*

*Que Deus uniu os fracos pra se libertar
E derrubou dos tronos os latifundiários
Que escravizavam pra se regalar*

Negra Mariama!
Negra Mariama chama!
Negra Mariama chama pra dançar

Saravá esperança até o sol raiar
No samba está presente o sangue derramado
O grito e o silêncio dos martirizados

Negra Mariama!
Negra Mariama chama!
Negra Mariama chama pra lutar

Em nossos movimentos sem desanimar
Levanta a cabeça dos espoliados
Nossa companheira chama pra avançar

Negra Mariama!
Negra Mariama chama!

No dia 13 de maio, tivemos a alvorada às 4:00 da madrugada, e às 16:00 aconteceu uma missa ecumênica. Logo em seguida, apresentou-se o Teatro da Abolição. Nesse ano, 2022, a Princesa Isabel e a rainha representadas no festejo foram negras, representando a cor e a identidade do quilombo.

Figura 45: Família Real



Fonte: Arquivo da autora (2022)

No teatro, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea após presenciar uma cena de tortura em sua fazenda. Após a assinatura, tem-se o momento de alegria, ao som da música Salve a Princesa Isabel.

*Salve a princesa Isabel
Deu liberdade a todos
Foi no dia 13 de maio
Preto não é mais lacaio
Preto não tem mais senhor*

*Foi no dia 13 de maio
Preto não é mais lacaio
Preto não tem mais senhor*

*Desde o dia em que a princesa assinou
A Lei Áurea concedendo abolição
Preto teve o direito de ser cidadão
Hoje o preto pode ser doutor
Deputado e senador
Não há mais preconceito de cor!*

Figura 46: Momento após a assinatura da Lei Áurea



Fonte: Arquivo da autora (2022)

Finalizando as atividades, no dia 14, deu-se continuidade ao seminário, com mesas redondas compostas por quilombolas pesquisadores da comunidade.

Figura 47: Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola



Fonte: Arquivo da autora (2022)

4.5 Dona Juscelina: ancestralidade e retomada da luta por território em chave ancestral

Em 1968, Dona Juscelina realiza o primeiro Festejo da abolição no ano em que é decretado o AI-5, momento em que se estabeleceu a fase mais agressiva da ditadura no Brasil. Com a participação de um grande número de pessoas, ela leva para a rua o cortejo que seguia pelas ruas, dançando e cantando músicas alusivas às lutas e à resistência.

Na região norte do Tocantins, os projetos de colonização da Amazônia atraíram fazendeiros do Sudeste que cercaram o território e expulsaram os quilombolas para a zona urbana. Dona Juscelina, nesse caldeirão de efervescência política e de conflitos, conseguiu, com sua sabedoria ancestral, começar em Muricilândia as festividades da abolição, tendo ainda conseguido manter essa tradição que chega até hoje, como uma forma de afastar o cativo das terras e dos homens que os fazendeiros traziam de novo para o povo quilombola.

Com todo o cenário pessimista, considerando que a comunidade quilombola se situava, então, nessa fronteira das disputas pela terra, Dona Juscelina estabelece a cultura do festejo da abolição, com sua alvorada, encenações, músicas, danças, rezas e todo um conjunto que retrata um posicionamento social e político da matriarca, uma forma de luta que não se alia aos algozes,

mas consegue transitar nos diversos tempos e transgredir sem ser percebida sequer pela censura do regime militar.

Dona Juscelina transfigura-se em corpo vivência; com uma autoridade de entidade, transitou por espaços de luta, onde lideranças são marcadas para morrer, ensinou sobre ancestralidade ao trazer a tradição de seu tio, ensinou sobre resistência, respeito e diversidade nas letras das músicas. Saudou a sua fé e registrou a luta de seu povo ao cantar: “Saravá esperança até o sol raiar. No samba está presente o sangue derramado. O grito e o silêncio dos martirizados”.

Na categoria do galho, Dona Juscelina ensinava e falava sobre a ancestralidade, já era Doutora mesmo antes do título lhe ser conferido. Um galho que vai continuar, vai florir, vai dar frutos e vai cair suas floras que irão brotar e darão novos arbustos, pois nem toda planta nasce da semente, e se a planta da semente ficou distante, se cortou o elo físico, mas chegou até aqui um galho, esse galho germinou e se refez, mas no fundo o galho reconhece a sua genealogia. Esse galho poderia ser mais que isso, e é mais do que isso.

Esse galho cresce, desse galho surgem novos galhos. O galho pode ser um caminho, um auxílio para alcançarmos algo, mas o galho se estabeleceu e virou árvore, amadurecida e resistente. Os novos galhos, as novas mudas, que quem sabe germinarão em outro lugar, vão ter na sua memória genética a lembrança da sua matriz, assim como o galho que virou árvore sabe que também tem uma matriz.

Dona Juscelina já se estabeleceu como uma autoridade, quiçá com uma autoridade de divindade, de entidade, de ancestralidade. Sua forma física transcendeu, mas sua força, sua energia, sua vibração está entre nós; para onde formos levar a história da comunidade, Dona Juscelina estará presente. E eu não falo isso só a partir de uma perspectiva religiosa, porque ela está nela também. Falo da perspectiva política, cultura, social e de vida.

Ela nos ensina que todo seu tempo, assim como o galho, passa pelas quatro estações, em que no inverno sofre os rigores do tempo, primavera floresce, verão dá os frutos e no outono deixa as flores caírem para renovar o ciclo da vida. Assim é a lição: os tempos duros passam, as flores e frutos virão e devemos preparar para nos renovar e nos fortalecer.

A matriarca soube, como ninguém, pensar o cuidar dos seus e do comum. Através do seu cuidado foi repassando seus ensinamentos e seu posicionamento no mundo, deixando registrado o seu legado nos ensinamentos, formando os que ficam que devem assumir o contínuo de sua luta e seu trabalho. Delegou e distribuiu responsabilidades e poderes, exemplificando em seus atos, gestos, falas e movimentos que a vivência em grupo é partilha, comunhão, responsabilidade e solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, em diálogo entre pensamento acadêmico e quilombola, procurou entender os griôs e griolas da Comunidade Dona Juscelina como cuidadores do que, em termo acadêmico, é chamado de comum, mas que podemos chamar de galho-ancestralidade, a partir do pensamento quilombola.

Para chegamos a tal conclusão, estudamos sobre memória, buscando entender quem são os responsáveis pela memória na comunidade, e a memória da libertação, e percebemos que os griôs (Conselho de Griôs) são os encarregados por manter viva essa memória transmitindo seus saberes para os jovens (Griôs Aprendizes).

Também pesquisamos a respeito dos cuidadores dos comuns, a institucionalização do Conselho de Griôs, relacionando com o Comum como práxis instituinte. Concluímos, assim, que o Conselho de Griôs é um arranjo institucional formalizado, no qual os mais velhos têm a palavra final, e juntamente com os jovens constituem uma prática de ensino-aprendizagem para permanência e valorização da cultura, história da comunidade.

Destacamos que as instituições surgem da práxis, a qual deve ser contínua. Assim, as instituições do comum, como o Conselho de Griôs e Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes, precisam estar sempre se instituindo.

Na visão da matriarca e demais griôs, essa comunidade é um galho. Estudamos a relação entre Conselho de Griôs e o Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes através do Encontro de vivências do Conselho de Griôs com a Juventude Quilombola Dona Juscelina; estudamos como os ensinamentos da matriarca e dos griôs sustentam essa comunidade; e concluímos que galho junto à ancestralidade (legado dos antepassados), ou seja, galho-ancestralidade é categoria do Comum, de acordo com os Cuidadores do Comum (os griôs).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Cadernos de debate Nova Cartografia Social. Território Quilombola e conflitos.** UEA, 2010.

ALMEIDA, Cicera Vieira. *Dona Cicera* – Duração 1h18mim – Entrevista concedida a Autoria no dia 21 de abril de 2017.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral.** 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias** - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORGES, Manoel Pereira. *Griô Manoel dos Santos.* Duração: 03:23 minutos – Entrevista concedida a Autoria no dia 23 de outubro de 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 5° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro. In: **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico.** Cultura com aspas. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI.** – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de, envelhecer e morrer.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.

FERREIRA, Geraldo Delmontes. *Griô Geraldo*. Duração: 02:45 minutos – Entrevista concedida a Aatoria no dia 23 de outubro de 2021.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed., IS.reimpr. Rio de Janeiro : LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Política e Sociedade, Nº 11 – outubro de 2007, p. 41-70

HALBWACHS, Maurice, **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAMPETÉ BÂ, A.. **História Geral da África**. Brasília, UNESCO, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico/2002-2003, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

OLIVEIRA, Izarete da Silva de. **Território e territorialidade nos limites do rural e urbano, na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO**. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, UFT, Araguaína – TO, 2018.

OLIVEIRA, Luiza Borges de. *Dona Luiza* – Entrevista concedida a Autoria no dia 29 de abril de 2017.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2012.

QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1993.

RAMOS JR., D. V. Descobrir o sul, desfetichizar o pensamento. Revista EntreLetras, Araguaína, v. 11, n. 2, p. 103-121, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/10240/17561>. Acesso em: 18 de março de 2021.

RAMOS JR., Dervival V. (Dervival Venâncio Ramos Júnior). De luto e lutas, sementes. Araguaína, 29 de julho de 2021. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/dervival.venancioramosjunior>.

RAMOS JR., Dervival V. **Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em História Oral**. História Oral, v. 22, n. 1, p. 359-372, jan./jun. 2019

RIBEIRO, Katiúscia. **O futuro é ancestral**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/>. Acessado em: 10 de julho de 2023.

ROY, Wagner. **A invenção da Cultura**. São Paulo: Ubu Editora, 2017

SANTOS, Lucelina Gomes dos. *Dona Juscelina* – Duração: 52:42 minutos – Entrevista concedida a Autoria no dia 18 de maio 2017.

SANTOS, Ludimila Carvalho dos. *Ludimila*. Entrevista concedida a Aatoria no dia 27 de junho de 2017.

SILVA, Conceição Viana da. *Griô Dadá*. Duração: 02:47 minutos – Entrevista concedida a Aatoria no dia 23 de outubro de 2021.

Duração: 3:23 minutos – Entrevista concedida a Aatoria no dia 23 de outubro de 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Tradicional**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998

THOMPSON, Paul **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOORTMANN, Klaas. **“Com Parente Não se Neguceia” O Campesinato Como Ordem Moral**. Anuário Antropológico/87, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ANEXOS

ANEXO 1: Entrevista concedida pelo Griô Manoel dos Santos

Entrevista concedida

No dia: 26 de fevereiro de 2022

Horário: 15 horas, em Muricilândia-TO

Duração: 30 minutos

Manoel Pereira dos Santos (Griô Manoel)

Nasceu em 14 de agosto de 1942

Natural de Loreto-MA

Kamila: Então vamos começar, primeiro eu queria que o senhor contasse onde e quando o senhor nasceu?

Manoel: Eu nasci em Loreto no Maranhão em 42, dia 14 de agosto de 42.

Kamila: Conta para gente como é que foi a sua infância, o que o senhor se lembra da infância?

Manoel: Minha infância foi totalmente diferente da infância de hoje, eu filho de um homem podre, trabalhador de roça, e desde pequeno, desde 7 anos mais ou menos e já estava trabalhando na roça também, ajudando limpar mato, ajudando plantar, ajudando arrancar mato, ajudando a colher o arroz, não fazia era roçar, derrubar, fazer cerca que eu era pequeno, mas os outros serviços todos não dispensava não, de ficar em casa e eles ir para roça, não, tinha que ir tudo.

Kamila: A partir dos 7 anos

Manoel: A partir dos 7 anos, eu já trabalhava em roça.

Kamila: Conta pra gente sobre seus pais, seus irmãos, sobre a sua família.

Manoel: Meus pais eles eram pessoas pobres, vivia de trabalho de roça, e vivia nas fazendas, trabalhava de agregado na fazenda, mexia lá com moagem de cana direto lá no sitio, passou uns 2 anos nesse sitio, depois nós saímos viemos aqui para o Goiás, ali para aquela cidade que hoje em dia é Goiatins, nessa época era Porto do Sítio, povoado, não era nem cidade ainda, nós fomos para lá, lá ele mexia com roça, plantava cana, fazia rapadura, essas coisas assim.

Kamila: E como foi sua juventude?

Manoel: Minha juventude foi. Bem eu quero voltar lá atrás na nossa... quando foi em 50 viemos para Araguaína, e em Araguaína eu tive a oportunidade de estudar, assim, naqueles tempos que não tinha serviço na roça, eu estudei mais ou menos um ano lá em Araguaína, mas naquela época que não estava trabalhando na roça eu estudava, e minha vida quando criança foi pesada, foi esse peso de trabalhar, de lá nós viemos para cá em 52 nós viemos aqui para o Pé do Morro, ele botou roça lá um ano, no segundo ano ele veio para cá em 53, viemos para cá, eu tinha mais ou menos uns 11 para 12 anos, e daí o serviço era esse, de roça, a gente não tinha aquele direito de diversão, de brincar a brincadeira era totalmente diferente de hoje, quando não era na roça. Aí também estudei aqui, comecei estudar em escola particular e não tinha aquelas... eu nunca brinquei quando criança com brinquedo nenhum assim artificial, aviõzinho, caminhãozinho, não, não, a brincadeira era com jatobá, juntinha de boi com jatobá, era essas coisinhas assim de roça mesmo, eu tive quando ainda menino a oportunidade de ganhar uma bola, uma bolinha de leite de mangaba, isso para mim foi um presente maior da vida, nós não tínhamos esse brinquedo, então a vida de criança pra mim não foi muito bom não (risos).

Kamila: Não foi a sua melhor fase?

Manoel: Foi não

E a Juventude? Foi a sua melhor fase?

Manoel: A juventude foi melhor um pouco, que aí eu já aprendi a tocar violino, rebeca, e animava assim festa, fazia festa, tocava festa, foi uma vida mais aberta para comunicação com as pessoas, e nós brincávamos também de roda, de lindô, foi mais melhor.

Kamila: Sobre seus estudos, o senhor falou que estudou quando criança...

Manoel: Estudei em Araguaína, depois para cá, eu estudei em escola particular, meu estudo foi pouco, foi só o ABC, naquele tempo tinha era o ABC, nessa época era o ABC, a cartilha, depois da cartilha eu estudei o segundo livro até a metade dele.

Kamila: Estudava com cartilha... E o senhor fez duas cartilhas.

Manoel: Foi, duas cartilhas.

Kamila: Depois disso o senhor estudou mais?

Manoel: Não, não estudei mais.

Kamila: Como foi que o senhor construiu sua família?

Manoel: Minha família eu construí muito cedo, eu casei com 18 anos, é... a primeira mulher nós vivemos sete anos aí ela faleceu e três filhos um morreu, ficou duas filhas.

Kamila: Quais os nomes delas?

Manoel: É Inonêides, essa mora em Goiânia e a Iraidês mora em Araguaína.

Kamila: Depois...

Manoel: Depois... em 67 ela morreu, eu casei em 60, 67 a mulher morreu, em 69 eu casei a segunda vez com a Luiza.

Kamila: E o senhor foi tendo filhos, todos nasceram aqui em Muricilândia?

Manoel: Todos eles

A sua primeira esposa foi aqui também?

Manoel: Foi aqui também.

Kamila: Nossa que interessante o senhor é das raízes. Quando foi que o senhor chegou aqui mesmo?

Manoel: Em 53.

Kamila: Quem que tinha aqui? O que que tinha aqui?

Manoel: Não... aqui tinha muita gente porque veio muita gente do Pé do Morro, em 52 o povo vieram do Pé do Morro, e em 52 mesmo teve um grupo que veio para cá, porque no Pé do Morro a água era pouca, aí eles disseram assim: vamos caçar um lugar que tenha água, um rio maior, um ribeirão maior. Aí vieram para cá, aqui encontrou o Rio Murici, aí eles vieram para cá em 52, e nós ficamos lá no Pé do Morro, aí em 53 nós viemos para cá, e tinha esse povo aqui

que já tinha botado roça, tinha esse povo aqui também, o João Paulino que era o chefe e tinha um bocado de gente morando aqui.

Kamila: O senhor morava nesse local aqui?

Manoel: Eu morava num quintal aqui, a casa ficava aqui na esquina, nesse outro lote aqui de frente a igreja.

Sim.

Manoel: Era a casa do meu pai, onde meu pai fez a casa, aí eu me criei foi aí (risos).

Kamila: Vocês plantaram roça...

Manoel: Plantamos.

Kamila: E como era que era organizada as coisas? Cada um tinha uma roça ou era roça comunitária?

Manoel: Não, cada um tinha a sua roça, o que a gente fazia muitas vezes comunitário era quando tinha uma pessoa que as vezes adoecia e no tempo de botar roça tava doente, a comunidade ajuntava e fazia um mutirão e num dia só roçava a roça no outro dia já derrubava, trabalhava assim em mutirão.

Kamila: Pra ajudar...

Manoel: Pra ajudar aquela pessoa.

Quando precisava eles ajudavam?

Manoel: Quando precisava eles ajudavam também.

Kamila: E assim, o que que o senhor se lembra dessa região? Do Murici? Das pessoas que tinham o senhor se lembra de alguma coisa?

Manoel: Muitas pessoas eu lembro ainda do nome da fisionomia, mas outras pessoas já esqueci, não lembro

Kamila: As famílias que tinham aqui era o João Paulino...

Manoel: Do João Paulino, tinha do Carsilio, tinha... eram muitas famílias, o meu cunhado que é o Cicero casado com minha irmã, eram muitas famílias que tinham aqui.

Kamila: E os seus filhos? O nome deles, quando eles foram nascendo?

Manoel: A data de nascimento eu não lembro não, a Luizinha que sabe, mas eu sei o nome de todos eles.

Kamila: Foi parteira que fez os partos deles?

Manoel: Foi, foi parteira, só teve o ultimo que ela ganhou em Araguaína que foi parto cesariana, os outros foi tudo aqui mesmo com parteira.

Kamila: Foi a dona Juscelina, ou foi outra?

Manoel: Não, foi outra a Dona Juscelina não pegou nenhum filho nosso não, ela era parteira, ela trabalhava, mas nós tinha outras parteiras, nós procurava outras parteiras, ela nunca pegou nenhum filho nosso não.

Kamila: E assim na terra de vocês... vocês já ajudaram ela de alguma forma, a dona Juscelina, ou ela já ajudou vocês nas roças?

Manoel: Não, ela mexia com roça também, o marido dela trabalhava de roça, mas reparado das nossas.

Kamila: As roças tinham umas para cá? Outras para lá?

Manoel: É, era roça para todo lado, aqui tinha roça, sempre a terra era devoluta, onde a gente achava um pedaço bom dizia: ah vou fazer minha roça aqui e fazia.

Kamila: A escolha do lugar?

Manoel: É, a escolha do lugar.

Interessante. O que que o senhor se lembra da construção do quilombo?

Manoel: O quilombo é o seguinte, o quilombo, começou essa festa do 13 de maio, mas todos os anos brincava, tinha o rebolado, a dramatização da festa do 13 de maio, da princesa Isabel,

tinha as pessoas que fazia o drama, e tinha passeata na rua, mas era o 13 de maio, a festa da princesa Isabel, comemorava a princesa Isabel. O quilombo já surgiu depois, depois foi surgindo o quilombo, porque foi se vendo que as pessoas que moravam aqui tudo... indo verificar tudo tinha haver com os escravos, a Juscelina mesmo tinha o tio dela da descendência de escravo, a que tinha raízes mais funda na escravatura ela a Juscelina mesmo, o tio dela tinha sido escravo, mas os outros também ia analisar no fundo tinha também alguma ligação com pessoas que no passado eram escravas, e daí em 2008 por aí assim, foi que começou a se falar sobre o quilombo, aí foi anexando, anexou o quilombo na festa do 13 de maio.

Kamila: Em 2008 foi legalizado?

Manoel: Foi legalizado.

Kamila: O senhor participou da legalização?

Manoel: Participei.

Kamila: Tem os griôs? Certo?

Manoel: É.

Kamila: O senhor conta para gente o que é griôs?

Manoel: Olha griô para nós, é o seguinte, as pessoas mais velhas, pessoas que tem mais um conhecimento no passado, nós em termos de griô nós somos aprendiz porque nós falamos do passado daqui que nós conhecemos o passado daqui, mas o passado que vem lá dos nossos ancestrais nós não temos muito conhecimento, mas daqui nós conhecemos a realidade daqui, sabemos como que foi aqui, então nesse caso nós somos griôs daqui da comunidade.

Kamila: Vocês são as pessoas que tem mais sabedoria...

Manoel: Mas sabedoria, é verdade, mais conhecimento. Dos griôs tinha uns que era ligado mais a medicina, planta, cura, remédio caseiro, essa faleceu, tem outros que era mais ligado a fazer coisas, quibanes, cofo, essas coisas artesanais, já tinha outros que tinham outros conhecimentos, cada um tem um conhecimento, eu entrei como griô, mas também no sentido de... a minha função como griô é a música, falar das coisas através da música.

Kamila: Entendi, interessante. Como eram escolhidos os griôs, a dona Juscelina que escolhia? Ela conversava com vocês antes que falar: não, o seu Manuel é um griô? Ela já pedia conselho para vocês? Alguém pedia conselho para vocês?

Manoel: Quando começou os griôs eles foram analisar na comunidade as pessoas mais velhas, mais... do começo daqui, todos os griôs aqui são do começo, e daí fomos começando, até que chegamos ao ponto de nos tornarmos griôs, no sentido de acreditar, como a nossa vivencia e nossas histórias nós ficamos como griô, a idade também...

Kamila: As vivencias, as experiencias...

Manoel: Isso.

Kamila: O senhor já conhecia esse nome griô?

Manoel: Não.

Kamila: Quem foi que apresentou para vocês esse nome?

Manoel: A pessoa que mais trabalhou no sentido de criar o quilombo foi o professor João Batista e o Manoel Filho, o Manoel Filho ele estuda história, e ele interessa muito nessa área de história e ele quem passava pra nós realmente as instruções do trabalho da comunidade quilombola, sempre nós aprendemos com ele.

Kamila: Antes disso vocês já aconselhavam as pessoas? Alguém pedia conselho para vocês?

Manoel: Antes disso já tinha as pessoas que já procurava alguns deles no sentido da medicina, quando adoecia dizia: vai lá na casa de fulano de tal, vê se tem esse remédio, essa planta, e passava para tomar um chá. Então já tinha essas pessoas que a gente já sabia que conhecia nessa área. A dona Juscelina era a chefe, ela que mexia com o 13 de maio e ela faz parte do quilombo, e a peça chave do quilombo era a Juscelina, e ela era como um é... a benzedeira, pessoa que... pessoa que estava doendo a cabeça ia lá, aquele negócio de assa caída, peito aberto, aí ela quem era a benzedeira, era muito religiosa, rezava muito, ela não mexia era com negócio de quibanda, negócio de espiritismo ela não mexia com isso não, mas de entender, rezar, reza para dor de cabeça, tontura, quebrante ela rezava.

Kamila: Vocês eram amigos? Muito amigos?

Manoel: Sim.

Kamila: Ela pedia conselho para o senhor?

Manoel: Era, nós sempre reunia depois que criou o conselho de griôs, a gente reunia conversava, as vezes... ela era muito persistente, quando ela queria uma coisa ela era persistente, mas tinha coisa que a gente tinha que aconselhar ela: não dona Juscelina por aí não.

Kamila: Ela ouvia vocês?

Manoel: Sim ela ouvia a gente.

Kamila: Interessante. Sobre o seu trabalho como griô, o que que o senhor fazia? O que que o senhor faz hoje? Como é que é seu trabalho? Como começou seu trabalho?

Manoel: O meu trabalho como griô é mais nesse sentido, quando tem um impasse assim... na comunidade, que tem várias opiniões, a gente orienta sob o ponto de vista que a gente acha que é mais correto: vamos fazer assim porque assim é mais complicado. No sentido de aconselhar.

Kamila: O senhor acha seu trabalho importante? Acha que favorece a comunidade? As pessoas ouvem o senhor?

Manoel: Eu mesmo não acho que o nosso trabalho de griô seja tão importante para mim achar que meu trabalho como griô é nota 10, não. Agora as pessoas que muitas vezes que mais valoriza o trabalho da gente, tem que valorizar o trabalho da gente, mas eu mesmo faço minha vez, agora o povo que julga (risos).

Kamila: Qual é o principal cuidado que um griô deve ter?

Manoel: O principal cuidado é realmente está de olho aberto ao desenvolvimento do quilombo, porque é... e procurar orientar o quilombo, as pessoas, porque o conselho de griô é uma coisa, a diretoria do quilombo que é outra coisa, eles, a diretoria faz o planejamento, faz tudo, agora quando tem coisa é que eles consultam os griôs, o que que nós achamos sobre isso, isso e isso, e sempre nós damos o nosso parecer. Agora quando nós damos nosso parecer não significa que nós achamos que tem que ser daquele jeito, só que é o seguinte quando nós damos um parecer em qualquer assunto nosso parecer é assim, assim, assim, se fizerem o contrário e se der mal, nós não temos culpa, o conselho de griô não tem culpa, o conselho de griôs agiu da maneira

que achava mais correta, agora que a comunidade não atendeu, os griôs não tem culpa porque eles fizeram a vez deles de agir lá conselho do quilombo, na diretoria do quilombo.

Kamila: O senhor tem algum exemplo? De alguma coisa que vocês interferiram que pediram ajuda de vocês?

Manoel: Sim, nós tivemos sim, o presidente do quilombo, o passado, deu um problema, deu trabalho demais, ele queria fazer as coisas por conta própria, tem até um lote que nós temos para fazer a sede do quilombo, e lá dentro do lote tem uma árvore, um pé de manga, que fica central, e esse pé de manga nós preservamos ele, que quando nós for fazer a sede ele vai ficar no meio, e nós temos planos de fazer é... cimentar fazer uma faixa de cimento ao redor dele para gente se abrigar debaixo daquela árvore, conversar, brincar e tudo mais, é uma árvore que dá fruto e dá sombra, e eles encucaram de derrubar aquela árvore, rapaz isso teve complicado, aí nós não queríamos que derrubasse a árvore de jeito nenhum e eles querendo, lá foi preciso apelar para justiça, rapaz foi (risos). Então teve esse problema sério.

Kamila: E a Juscelina?

Manoel: A Juscelina era contra eles também, e era sobrinho dela, já pensou? Mas só queria fazer o contrário do que a Juscelina queria, aí era briga.

Kamila: Eu queria que o senhor me ajudasse a entender, o que que é comum/coletivo na comunidade para o senhor?

Manoel: Coletivo na minha opinião é... por exemplo tudo que nós temos que já construiu, por exemplo compramos a casa da Juscelina que agora não é da Juscelina é do quilombo, tudo que o quilombo conseguir eu entendo que é coletivo, não é meu é nosso, da coletividade, nós temos o lote lá que temos o plano de fazer a sede, é uma coisa nossa é coletivo.

Kamila: Como que o quilombo junta dinheiro para comprar essas coisas?

Manoel: O quilombo ajunta dinheiro... aqui é franco porque nós pagamos uma taxa, mas nem todos paga que tudo é pobre, se todos os sócios pagassem todo mês tinha uma quantidade de dinheiro mais ou menos, mas nem todos pagam é poucos que pagam, é daí dessa contribuição e algum evento que se faz como no dia 13 de maio, 20 de novembro, dia da Consciência Negra

que faz festa também, são nessas épocas de evento que arrancha um dinheirinho, só nessas duas coisas, as vezes se faz um leilão.

Kamila: Vai ajuntando e com esse dinheiro vai comprando as coisas.

Manoel: Vai comprando as coisas.

Kamila: Pro senhor essas coisas que são compradas pertencem ao coletivo.

Manoel: É pertencem ao coletivo.

Kamila: Sobre a compra da casa da Juscelina o senhor sabe de alguma coisa?

Manoel: Eu sei que eles compraram a casa, que eram muitos os herdeiros, compraram a casa para pagar dando uma parte daqueles que estavam mais apressado e a outra parte está pagando devagar para os outros herdeiros.

Kamila: O senhor acha que essa casa é do coletivo?

Manoel: E do coletivo.

Kamila: É de todos.

Manoel: É de todos.

Kamila: Muito bem. Tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de me dizer? Que o senhor acha importante que eu não perguntei?

Manoel: Não eu acho que o que você falou deu pra focar.

Kamila: Sim, então muito obrigada.

Manoel: De nada sempre as ordens

ANEXO 2: Entrevista concedida pelo Griô Manoel dos Santos

Entrevista concedida

No dia: 23 de outubro de 2021

Horário: 16:30, em Muricilândia-TO

Duração: 3: 23 minutos.

Manoel Pereira Borges (Griô Manoel)

Nasceu em 14 de agosto de 1942

Natural de Loreto-MA

Kamila: Senhor Manoel a dona Juscelina falava que quilombo, a comunidade é um galho dela, da festa dela, ela falava alguma coisa assim para o senhor? O senhor já conversou com ela sobre isso? Sobre galhos?

Griô Manoel: Olha... é um galho realmente, porque no começo ninguém falava de quilombo, no começo era o rebolado, o 13 de maio, a festa era em homenagem a princesa Isabel, que ela era muito chegada a princesa Isabel que disse que foi quem assinou a Lei Áurea, aquela coisa de alforria aos negros. A linha dela era essa, libertação dos negros, é a festa dela, só em mais pra cá, mais ou menos a partir de 84, 88, 84 mesmo, é... foi que começou a se falar de quilombola, alguém daqui com alguém de fora conversando sobre o quilombo, as pessoas negros que pertenciam ao quilombo, e foram descobrindo que tinham muitos quilombo, a pessoa nem sabia se era quilombo, nem sabia o que era quilombo, mas na verdade tinha sangue, tinha descendência de quilombo, aí em 84 foi que começou focar no princípio lá do quilombo, e daí anexou realmente com o trabalho dela, que já falava sobre os negros, foi aí que começou.

Kamila: Ela falava que era a festa dela, e que através da festa dela que surgiu essas outras coisas...

Griô Manoel: Isso.

Kamila: O senhor concorda?

Griô Manoel: Concordo sim.

Kamila: Se não fosse ela ter vindo com essa festividade...

Griô Manoel: Essa festividade ajudou muito, porque nessa festividade se via a imagem do negro e suas... era a imagem que fazia a alegria do povo era o negro ser liberto, então focava-se esse lado do negro, e quando surgiu o quilombo, a ideia de quilombo eles falaram com ela o quê que é que ela achava sobre o quilombo anexar a festa dela e ela concordou.

Kamila: Sim, então... qual o nome do senhor completo?

Griô Manoel: Meu nome mesmo é Manoel Pereira Borges.

Kamila: O senhor nasceu quando?

Griô Manoel: Nasci no dia 14 de agosto de 42, em Loreto-MA.

ANEXO 3: Entrevista concedida pelo Griô Dadá

Entrevista concedida

No dia 23 de outubro de 2021

Horário: 16:00 horas, em Muricilândia-TO

Duração: 2:47 minutos

Conceição Viana da Silva (Griô Dadá)

Nasceu em 20 de maio de 1947

Natural de Araguaína-TO.

Kamila: O quilombo são galhos, e o que o senhor tem a dizer sobre isso? O senhor sabe alguma coisa? Se ela lhe explicou? Ou o senhor tem outra visão?

Griô Dadá: Não o quilombo ela trouxe na era de... ela chegou para cá na era de 62. Quando ela começou o 13 de maio, brincar com nós aqui, já tava mais ou menos com de 6 anos, de 4 a 6 anos por aí né?

Kamila: Urrum

Griô Dadá: Nós tem até anotado esse negócio, aí começou a brincadeira do dia 13 de maio, aí o povo levava na brincadeira, levava falando que aquilo não valia nada, e era pouca gente que acompanhava né? Aí quando começou a tradição, que foi aumentando, o pessoal aumentando, aumentando, até que chegou a vez dela ir documentar, cadastrar o 13 de maio, as brincadeiras né? Toda festa hoje é documentada né?

Kamila: Urrum.

Griô Dadá: Aí ela convidou a população aqui, os negros, as nações preta igual eu e outros, hoje chama moreno não chama mais negro que é proibido né? Então tinha a família do Raimundo dos peitos, a família do Oscar aqui desse povo aqui, todo mundo era unido né? Aí todo mundo incorporou com ela o 13 de maio, essa tradição dela já veio do Maranhão, ela passou por Cristalândia, de Cristalândia ela passou pra cá.

Kamila: Por isso que ela fala que é galhos?

Griô Dadá: É, por isso que ela fala que é galhos.

Kamila: Por que incorporou?

Griô Dadá: É, incorporou, é, essa brincadeira, o 13 de maio era dos avôs dela, de bisavô passou pros avôs, passou pros pais dela, do pai dela passou para ela.

Kamila: Umm, Entendi.

Griô Dadá: Por isso que ela diz que é galho, que ela era nova né? Naquele tempo, mas já vem das tradições dos velhos, que o bisavô dela era escravo, ele foi escravo o bisavô dela, ela contava pra nós.

Kamila: Isso.

Griô Dadá: Agora muitos jovens hoje, os povos mais velhos que já viajou não estão mais aqui no Murici um bocado, mais os que lembra, eu bem lembro que ela falava que essa brincadeira era um galho por que ela era nova né?

Kamila: Ah sim.

Griô Dadá: Mas já vem dos troncos velhos,

Ah sim

Griô Dadá: A palavra português, dos mais velhos, já vem dos troncos velhos, dos bisavô dela, aí passou pros avôs, passou pros pais, dos pais passou pra ela.

Kamila: E aí pra nós?

Griô Dadá: É, aí está hoje nossa nação nova né? Vocês que são mais novos, tradição nova.

Kamila: Como é o nome do senhor completo?

Griô Dadá: Conceição Viana da Silva.

Kamila: E o senhor nasceu quando?

Griô Dadá: Eu nasci no dia 20 de maio de 47 em Araguaína, no JK.

Kamila: Muito obrigada.

Griô Dadá: De nada.

ANEXO 4: Entrevista concedida pelo Griô Geraldo

Entrevista concedida

No dia 23 de outubro de 2021

Horário: 16:03, em Muricilândia-TO

Duração 1:08 minutos.

Geraldo Delmontes Ferreira (Griô Geraldo)

Nasceu em 1936.

Griô Geraldo: Em favor da nossa raça e também pelo desempenho que teve aqui no nosso lugar, nós podemos deixar para que os jovens que estão, porque eu já estou indo, os jovens mais tarde tome de conta, que não pode essa bandeira apagar.

Kamila: Urrum

Griô Geraldo: É isso que eu conversei mais ela.

Kamila: O nome do senhor completo é como?

Griô Geraldo: Geraldo Delmontes Ferreira

Kamila: O senhor nasceu quando?

Griô Geraldo: No dia 11 (palavra inaudível) de 36

Kamila: O senhor chegou aqui em Murici quando?

Griô Geraldo: Eu cheguei aqui em 74.

Kamila: Ah, o senhor chegou aqui um pouquinho depois? Não, não muito não que foi em 52... o senhor chegou depois dela...

Griô Geraldo: Quando eu cheguei pra cá, ainda tava negócio de movimento de garimpo, o pessoal cavando, não tinha comunidade ainda não.

Kamila: O senhor também mexeu com garimpo aqui?

Griô Geraldo: Não quando chegou já tinha parado.

Kamila: Ainda mexeram com garimpo aqui?

Griô Geraldo: É negócio de garimpo de crista, de diamante, tinha o cristal, mas aqui no Murici não acharam não, aí o pessoal se arrancharam e foram quebrar coco e plantar roça.